

ATA DO SEMINÁRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL 8.035/2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; COM A PRESENÇA DO DEPUTADO ANGELO VANHONI – RELATOR DO PROJETO NA COMISSÃO ESPECIAL, REALIZADA NO PLENÁRIO 13 DE MAIO, EM 16 DE MAIO DE 2011.

SR. PAULO FERREIRA (MESTRE-DE-CERIMÔNIAS): Bom-dia senhoras e senhores presentes ao Plenário 13 de Maio; telespectadores da TV Assembleia, TV Ceará, TV Cidade, TV Sinal de Aracati e TV Verde Vale de Juazeiro do Norte; ouvintes da rádio FM Assembleia.

Para abertura do Seminário realizado em conjunto com a Câmara Federal e com a Universidade Federal do Ceará, para tratar do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020, anunciamos a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Roberto Cláudio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO CLÁUDIO (PSB): Senhores e senhoras aqui presentes, telespectadores da TV Assembleia, TV Ceará, TV Sinal do Aracati, TV Verde Vale de Juazeiro do Norte, ouvintes da Rádio FM Assembleia, meu muito bom dia a todos.

Declaro aberto o presente Seminário para discutir o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020, em conjunto com a Câmara dos Deputados e a Universidade Federal do Ceará, em atendimento a requerimento de iniciativa da Deputada Rachel Marques, Presidente da Comissão de Educação, deferido por esta Presidência.

A Presidência tem o prazer de convidar para compor a Mesa as seguintes personalidades:

- Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Rachel Marques, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e autora do requerimento;

- Excelentíssimo Senhor Professor Francisco das Chagas Fernandes, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação;

- Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Gastão Vieira, Presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação;

- Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Ângelo Vanhoni, Relator da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação;

- Excelentíssimo Senhor Deputado Federal José Linhares, Membro Titular da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação;

- Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Artur Bruno, autor desse requerimento e Membro da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação;

- Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Chico Lopes, também autor do requerimento e Membro da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação;

- Excelentíssima Senhora Cristiane Holanda, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, aqui representando a Secretária Izolda Cela;

- Excelentíssimo Senhor Francisco Elísio Cavalcante Abreu, Presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e Secretário de Educação do Município de Itapiúna;

- Senhor Professor Idevaldo Bodião, Coordenador do Fórum de Discussão da PNE do Estado do Ceará. (Aplausos).

Gostaria ainda de fazer o registro, em virtude da limitação do espaço à Mesa: foram convidados deputados federais que são membros titulares e os autores dos requerimentos, mas com muita satisfação registrar a presença do Deputado Federal, parceiro de inúmeras iniciativas nesta Casa, Deputado José Nobre Guimarães, assim como do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, ambos membros suplentes da Comissão de discussão do PNE.

Registro também a presença do Reitor da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), Professor Paulo Speller; do Deputado que nos visita com enorme prazer e honra, Deputado Valdir Maranhão, do Estado do Maranhão, também membro da Comissão da Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; do Vereador João Alfredo; dos Deputados Estaduais: Dedé Teixeira, Professor Teodoro, Deputada Mirian Sobreira

A Mesa inicial também contemplava a presença do Sindicato APEOC (Sindicato dos Professores no Estado do Ceará) e do Sindiute (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará), mas, por limitação de espaço à Mesa, esses sindicatos sintam-se representados. Terão isonomicamente o mesmo espaço de fala de todos os representantes à Mesa, apenas pela limitação física não será possível aqui estarem sentados. Mas, agradeço a presença no caso aqui, da APEOC, representada pelo seu Vice-Presidente, Professor Francisco Reginaldo Ferreira Pinheiro e o Sindiute, aqui representado pela segunda Secretária Geral, Professora Gardênia Baima. (Aplausos).

SR. PAULO FERREIRA (MESTRE-DE-CERIMÔNIAS): Senhoras e senhores, o Projeto de Lei que cria o Plano Nacional de Educação – PNE para vigorar de 2011 a 2020, foi enviado pelo Governo Federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010.

O novo Plano Nacional de Educação apresenta dez diretrizes objetivas e vinte metas seguidas das estratégias específicas de concretização.

O projeto confere força de lei às aferições do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, no âmbito do PNE Nacional de Educação para escolas, municípios, Estados e país.

O novo Plano dá relevo à elaboração de currículos básicos e avançados em todos os níveis de ensino e a diversificação dos conteúdos curriculares e prevê a correção de fluxo e no combate à defasagem idade-série.

São estabelecidas metas claras para o aumento da taxa de alfabetização e da escolaridade média da população.

Em reconhecimento a este importante debate, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, atendendo ao requerimento da Presidente da Comissão de Educação, deferiu a realização deste Seminário.

Para dizer o significado deste evento, com a palavra o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Roberto Cláudio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO CLÁUDIO (PSB): Muito bom dia a todos os senhores e a todas as senhoras.

Quero fazer aqui o registro de gratidão pelo esforço dos deputados cearenses membros desta Comissão, que articulados com o próprio Ministério da Educação, (aqui representado pelo Professor Chagas e pelos deputados de outros Estados que presidem e compõem a Comissão Especial de discussão do PNE), trouxeram este debate para a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Para que também o povo cearense pudesse anfitriar pela primeira vez o debate fora da Câmara dos Deputados.

Certamente que isso dá um enorme relevo a essa iniciativa, exatamente por essa razão é que as diversas entidades envolvidas no processo de discussão, de defesa da educação pública de qualidade, estão aqui representadas na manhã de hoje.

Eu tinha preparado aqui um pequeno improviso para falar, mas tendo em visto que nos temos aqui inúmeras autoridades que certamente têm muito que contribuir para com este momento, tendo em visto que o PNE traz entusiasmo, traz ansiedade e sobretudo esperança àqueles que militam hoje não fez Educação Pública Cearense, é que eu vou abrir mão de poder falar já transferir a palavra aos nossos convidados e organizadores do evento para que efetivamente a gente tenha tempo, após ouvir a Mesa e também ouvir a nossa ilustre platéia, aqui bem representada por professores, pais de alunos, sindicalistas, estudantes que certamente têm muito que contribuir com esse importante debate.

Dessa maneira, mais uma vez agradeço a presença de todos que vieram de outros Estados; aos nossos Parlamentares Federais, que dão a exata dimensão do compromisso da educação pública em nosso país, em nosso Estado; e também da nossa Comissão de Educação muito bem presidida e liderada pela Deputada Rachel Marques.

Por essa razão, já anuncio a palavra da autora do requerimento na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputada Rachel Marques, Presidente da Comissão de Educação da Assembléia. Deputada tem permissão para ocupar a Tribuna.

Quero também registrar a presença da CUT (Central Única dos Trabalhadores), que também é presidida pelo nosso amigo Francisco Jerônimo do Nascimento, também aqui presente no debate.

Em seguida vou registrando as outras presenças, tão logo o cerimonial tome ciência.

SRA. DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Bom-dia senhoras e senhores. Cumprimentar o nosso Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Roberto Cláudio; os nossos convidados especiais; representante do MEC, Professor Chagas; Deputado Federal Gastão Vieira, Presidente da Comissão Especial do PNE; o relator da Comissão Especial, Deputado Ângelo Vanhoni; os deputados requerentes junto conosco para este momento, Deputados Federais Artur Bruno e Chico Lopes; Deputado Federal José Linhares, da Comissão Especial, bem como o Deputado Raimundo Gomes de Matos, também membro da Comissão Especial; Senhora Cristiane Holanda, representando a nossa Secretária Izolda; Elísio, da Undime; o Bodião, do Fórum de Discussão do PNE; o Deputado Valdir Maranhão, também membro da Comissão de Educação e Cultura e à frente da Comissão Especial de Educação Superior do PNE; Deputado Federal José Guimarães; os Sindicatos APEOC, na pessoa do Reginaldo e Sindiute, na pessoa da Gardênia, enfim, a todos e todas nessa grande mobilização.

Quero dizer que estou muito feliz de ver este Plenário aqui lotado. Nós fizemos todo esforço para que realmente a sociedade viesse para cá, os movimentos sociais, os vários representantes viessem para cá neste momento tão especial.

Eu quero agradecer também ao Presidente Gastão Vieira, juntamente com o relator Angelo Vanhoni, por ter vindo para o nosso Estado, para a nossa Assembleia Legislativa. É a primeira Audiência da Comissão Especial do PNE. Então, para nós é um orgulho.

Quero dizer que o Ceará está mobilizado nesse sentido, já fizemos aqui um outro momento também bonito, grande lançando o “Movimento PNE Pra Valer” no Ceará, porque o povo quer participar. E esta é uma grande oportunidade de envolvimento da sociedade civil nessa discussão, que é tão fundamental e certamente vai marcar a história da educação pública no nosso país.

Quero dizer também que nós estamos sendo acompanhados pela TV Assembleia e aqueles que estão nos assistindo, se quiserem expressar sua opinião ou mandar alguma pergunta, podem também fazê-lo através do telefone 08002802887. Nós queremos com essa mobilização trazer as reflexões, que começaram a se dar a partir da Conferência Nacional da Educação.

O País fez uma grande mobilização em torno dessa Conferência e produziu resultados fundamentais, que deram origem ao que hoje é o PNE, e nós queremos estar participando em todos os momentos: na negociação, na construção desse marco legal, para que esse novo PNE possa responder às demandas históricas da nossa educação pública de qualidade.

Queremos que o Ceará certamente tenha esse destaque todo especial. Por isso a nossa organização, a nossa preparação para este momento.

Nós abriremos inclusive, depois da palavra da Mesa, para que os vários setores que estão aqui representados com oportunidade, além da população geral que quiser falar, se pronunciem. Nós iremos também ouvir setores que vão tratar do ensino fundamental, da educação inclusiva, da educação de jovens e adultos, da

formação e valorização do magistério, da educação do campo, da educação superior, da educação ambiental, do piso salarial, do financiamento da educação.

E aqui estão mobilizados um conjunto de setores, sejam aqueles que estão defendendo a educação inclusiva, sejam também aqueles como o movimento dos surdos (que estão defendendo a educação bilíngüe), e que também serão aqui ouvidos na mesma forma para gente garantir esse debate democrático.

Nós estamos aqui também com uma grande presença dos profissionais no magistério. Sem dúvida nenhuma esse PNE coloca, e eu tenho a convicção e o entendimento que é uma das medidas de maior impacto para a gente avançar na educação, exatamente a questão da valorização do magistério.

Hoje nós temos já um piso que é constitucional, que está valendo e que a luta fundamental de todos os profissionais de educação! (Manifestações das Galerias).

Considero também uma outra grande medida de impacto que está no PNE, a questão do financiamento público da educação. Até para que a gente possa alcançar essa educação de qualidade, para que a gente possa alcançar a valorização do magistério, nós precisamos crescer no financiamento público, no investimento público.

Está colocado 7% que está no projeto original, 7% do Produto Interno Bruto, mas já há emendas que a gente possa chegar aos 10% do PIB e com isso permitir esses avanços, que são fundamentais.

Considero também outra grande medida de impacto do PNE, a criação do Sistema Nacional de Educação, para que a gente possa combater as desigualdades regionais, para que a gente possa garantir com toda diversidade que existe no nosso País, respeitando essa diversidade (seja dos indígenas, quilombolas, educação no campo, seja de todos os setores que estão na educação), mas garantindo esse patamar mínimo de qualidade, essa uniformidade na qualidade da educação. E nós vamos garantir exatamente com esse Sistema Nacional de Educação com a valorização, com o piso dos professores, com a qualidade que todos os nossos alunos, crianças, adolescentes, jovens e adultos merecem na nossa educação.

Garantidos os investimentos para infraestrutura, para o pilar fundamental, que é o professor, todos os profissionais da educação, para as novas tecnologias, garantindo que a nossa escola esteja universalizada e que o nosso estudante possa permanecer na escola, com sucesso e que essa escola seja realmente esse grande instrumento de igualdade social, de cidadania e de emancipação do nosso povo.

Muito obrigada pela presença de vocês. (Manifestações das Galerias).

Muito obrigada a todos os deputados federais, que estão aqui conosco, porque o PNE no Ceará é pra valer! Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO CLÁUDIO (PSB): A Presidência parabeniza as palavras da Deputada Rachel Marques e já anuncia a palavra do Deputado Chico Lopes, autor do requerimento na Câmara dos Deputados e também co-autor dessa iniciativa.

Registro com muito prazer a presença do Deputado Federal Eudes Xavier.

Só registrando aqui os deputados só tem até 10 minutos para fazer a justificativa do requerimento.

SR. DEPUTADO FEDERAL CHICO LOPES (PCDOB): Primeiro, eu queria começar dando bom dia a todas as mulheres professoras aqui presentes! Bom-dia! Queria também cumprimentar a todos os homens dando bom dia. Bom-dia! Porque homens e mulheres é que vão fazer uma educação melhor, progressista que vem ajudar o país se transformar e avançar no desenvolvimento da nossa terra.

Excelentíssimo Deputado Roberto Cláudio, Presidente deste Poder; Deputada Estadual Rachel Marques, para a qual eu peço uma salva de palmas, pela essa competência essa maneira simpática com que ele ajudou a organizar esta reunião tão importante nesta manhã. (Aplausos).

Professor Francisco Chagas, nosso companheiro de militância sindicalista, hoje numa função importante no Ministério e que tem dado uma contribuição a visão bem melhor na educação lá no Ministério da Educação e o nosso vizinho aqui do Rio Grande do Norte.

Deputado Gastão Vieira, pessoa que eu conheci há pouco tempo (4 anos) e que o professorado deste país está de parabéns, porque é um homem de profissão nesse campo e num pouco tempo tem demonstrado a visão ampla e democrática de discutir esse tema, que é um exemplo notável. Porque eu tenho certeza eu estou com 40 anos de estrada e é a primeira vez que eu estou tendo o prazer de participar do Plano Estadual de Educação.

Chamo todos os professores e lideranças, porque a oportunidade é esta! Do financiamento, da reafirmação do piso, de 1/3 fora de sala de aula e antes de tudo, eu escolhi o setor do plano que é o financiamento. Porque algumas intenções podem até levar para o céu, mas não fazem pagar bem professor, não fazem a coisa continuar. Portanto, eu escolhi essa parte, que é a mais difícil. Porque no plano passado nos pedimos 7 e o Governo não deu. Nós queremos 10. E a União Nacional dos Estudantes a União Brasileira dos Estudantes, as entidades colocaram o pré-sal a serviço da educação e foi vetado.

A sociedade tem que se organizar para derrubar os outros, para que nós tenhamos 10% para a educação, porque sem dinheiro nós não vamos muito adiante. Tem dinheiro para tudo e tem que ver a educação como investimento e não como despesa.

Por isso, o Gastão vai ser o nosso comandante maior. O Deputado Federal Ângelo Vanhoni, que é outro também que tem uma responsabilidade enorme, porque o relatório é da sua responsabilidade. A primeira reunião está sendo no Ceará, mas são 50 e tantas reuniões já no Brasil todo, não é deputado? E ele vai ter que pegar todo esse nosso pensamento e transformar num relatório, que vai se transformar em lei. E nós dependemos da compreensão dele. Mas, ele é do ramo, ele tem demonstrado que também tem capacidade de ouvir – e escuta muito mais do que fala.

Nesse sentido, eu sei que nós também devemos dizer tudo que temos sentido, colocar escrevendo. Porque nos vamos passar dez anos para ter de novo

essa oportunidade e nos não sabemos quem é que vem pela frente e o que em para a educação. A educação é agora e daqui a dez anos nós não estamos aqui para lamentar e os indicadores internacionais não aponta nada de bom para nós, embora os avanços na educação de uns tempos para cá, só cego não vê! Tem dificuldade? Tem. Tem coisa ainda para avançar? Temos, mas não podemos dizer que nós não avançamos – seria uma cegueira!

Hoje, os professores se mobilizaram, estão procurando se organizar mais para poder ter voz ativa dentro desse plano.

Aproveitem esta oportunidade, companheiras e companheiros professores, porque só daqui a dez anos terá êxito. Se não for agora, daqui a dez anos também não será.

Queria dizer do Deputado José Linhares, que também é do ramo da educação; companheiro Bruno, não precisa falar que merece todo o nosso carinho e respeito e que vai dar a sua contribuição. E por fim o Chico Lopes, sou eu... (Risos).

Olha gente, eu estou aí, eu comecei minha vida como aluno do SENAC aos 12 anos. Não era mais analfabeto do que hoje, porque eu já sei escrever o meu nome. Fui inspetor de aluno e fui convidado pelo SENAC para ser professor de vendas. E tenho o testemunho do Linhares, que é presidente do conselho e que era professor daquela época. Fui aluno dele e fui professor junto com ele. Hoje ele está como presidente do Conselho Estadual de Educação, eu, professor já aposentado do Estado e das empresas privadas.

Acho que não poderíamos ter uma oportunidade como esta. Evidentemente, quando entrei no magistério se ganhava melhor do que hoje. O que você acha que ganhar melhor do que hoje? É ver seu poder aquisitivo da época e ver o seu poder aquisitivo agora. Lembro-me que sou do tempo da APEC, Associação dos Professores Licenciados. Com a reforma do ensino no Regime Militar, nós precisamos de economistas, de contadores, médicos para ensinar programa da saúde, para ensinar economia e mercado no 2º grau. E aí, nós estivemos ampliando o nosso sindicato para APEOC (Porque nessa época nós não podíamos ter sindicato, porque funcionário público não tinha direito a sindicato), depois ficou a APEOC Sindicato.

Tenho respeito e admiração pelos companheiros do Sindiute, que são valorosos batalhadores e têm compromisso com a educação. Não vou entrar no mérito dessa divisão entre nós, mas o povo vai fazer essa unidade, que ao povo não interessa divisão, porque nós precisamos da nossa unidade para avançar no campo da educação.

Eu prego isso e posso até dizer isso, porque eu fui fundador dos dois sindicatos e para a minha alegria (não sou muita coisa no sindicato não, mas sou suplente do suplente, representante da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), mas importa é o meu compromisso com a educação, importa é o meu espírito que tem em defesa da minha categoria. Cargo é importante para ter mais trabalho, cargo nunca significou.

Muito obrigado, eu tenho que parar. E é bom, porque eu não sou latifundiário da palavra. Bem, encerrando porque tem outras pessoas para falar, muito obrigado gente, vamos para luta!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO CLÁUDIO (PSB): Antes de passar a palavra ao Deputado Artur Bruno, outro autor do requerimento, quero fazer alguns registros.

Primeiro, da ausência justificada do Professor Jesualdo Farias, Reitor da Universidade Federal do Ceará, que teve a gentileza de comunicar a esta Presidência que está acometido de doença que impossibilita estar presente aqui no dia de hoje, mas anuncia e compartilha o apoio desta Casa do povo cearense ao PNE.

Também registro a presença do presidente do Conselho Estadual de Educação, o grande Professor Edgar Linhares; do professor do Doutor Rui Aguiar, aqui representando da UNICEF; da senhora Rose Conte, representando a Secretária de Educação do Município de Fortaleza; da Ritinha Bacana, presidente da ASSEEC; de Enedina, representante da Fetamce.

Com a palavra, o Deputado Federal Artur Bruno.

SR. DEPUTADO FEDERAL ARTUR BRUNO (PT): Bom-dia a todas e a todos. Eu quero saudar a todas as mulheres combativas da educação do Estado do Ceará, quero saudá-las da Tribuna, na pessoa da Deputada Rachel Marques, que foi uma das grandes idealizadoras desta audiência pública; quero saudar também as mulheres que estão aqui no Plenário, na presença de três professoras: professora Penha, do sindicato da APEOC, professora Ana Cristina do Sindiute e professora Enedina, que representa aqui, meus caros colegas deputados, os professores também do Interior do Estado do Ceará estão aqui presentes através da Fetamce (Federação dos Trabalhadores das Administrações Municipais).

Quero saudar a todos os homens à Mesa na presença de um professor da escola pública que é um dos grandes idealizadores da Conferência Nacional da Educação e coordenador do PNE que, de forma muito solícita, recebeu o convite e está aqui presente, meu amigo Professor Chagas. Obrigado Chagas, mais uma vez você tem dado uma grande contribuição à educação nacional.

E quero saudar todos os Parlamentares aqui presentes, na pessoa desses dois ícones do Parlamento Nacional: Deputado Gastão Vieira, que é o nosso presidente, tem presidido de forma extremamente democrática a Comissão Nacional de Educação; e este grande companheiro, uma das maiores referências da educação e da cultura do nosso país, que é o meu colega de Bancada, Deputado Ângelo Vanhoni. Muito obrigado pela presença dos dois, que enriquece muito este debate.

Quero saudar todos os Parlamentares aqui presentes, companheiro Eudes Xavier, que tem dado uma grande contribuição; Deputado Guimarães, Deputado Valdir Maranhão; meus colegas Raimundo Gomes de Matos, esse grande Parlamentar também; Deputado José Linhares. Permitam-me em nome dessas pessoas saudar a todos que estão aqui presentes.

A Comissão Especial do PNE foi formada pelo Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, em conjunto com as lideranças. E, diferentemente do que alguns pensavam, a presença dessa Comissão vai agilizar o debate e a votação para que a gente possa ter até o final do ano, votado no Congresso Nacional, um plano para dez anos, que já foi bastante debatido as conferências municipais, nas conferências estaduais e na conferência nacional.

O Ceará foi escolhido como o primeiro Estado fora de Brasília a realizar uma audiência pública. E por que Fortaleza foi escolhida? Porque aqui em Fortaleza está o fórum mais organizado do Brasil. Parabéns às mais de 40 entidades que estão formando o Fórum Estadual de Educação, o “Movimento PNE Pra Valer”!

O Movimento já apresentou em torno de 80 emendas para o aperfeiçoamento desse plano. E vários Parlamentares estão apresentando emendas, que fomos procurados por essas entidades que fazem este Movimento. Portanto, nós seremos instrumentos do que pensa o Ceará sobre o plano e sobretudo como aperfeiçoá-lo.

Isso é muito importante, o que está acontecendo hoje aqui na Assembléia e eu quero parabenizar o espírito democrático participativo que tem hoje a Assembléia Legislativa, com o Presidente Roberto Cláudio. Parabéns Roberto, mais uma vez você está mostrando o democrata que é.

Mas, colegas professores, nós temos aqui também os, não apenas professores, mas trabalhadores em educação. Eu quero aqui saudar a presença da Ritinha, essa grande líder da ASSEEC (Associação dos Servidores da Secretaria de Educação do Estado do Ceará), porque o plano não pode pensar apenas em professor, nós temos que pensar na merendeira, nós temos que pensar no secretário, nós temos que pensar nos técnicos que atuam na Secretaria de Educação e nas escolas.

Eu diria que nós temos preocupações fundamentais. Primeiro, com o financiamento. Como bem colocou aqui o Deputado Chico Lopes, é verdade que hoje nos atingimos 5% do PIB em investimento na educação. O Governo Lula aumentou consideravelmente o investimento em educação em nosso país. O plano propõe 7% em 2010 e neste momento nós iniciamos o debate com o Ministério da Educação e com o Governo Dilma, para ampliarmos mais ainda. E o ideal (sem dúvida nós temos a mesma idéia) é chegar em 2020 a 10% do PIB. Só que 10% do PIB não significa apenas investimento da União, significa também o investimento dos Estados, significa aumento de investimento dos municípios. E esse movimento hoje aqui tem que pressionar municípios e Estados para que também invista mais em educação. Nós temos que garantir emendas para dar instrumentos concretos para aumentar esse investimento.

Minha segunda preocupação é melhorar a infraestrutura nas escolas. O Governo Lula, com mais educação, criou um instrumento fortíssimo para garantir mais tempo do aluno e dos profissionais da educação na escola e nós queremos garantir efetivamente que essa meta seja cumprida – porque é uma meta ousada: garantir que 50% das escolas públicas deste país sejam escolas de tempo integral.

Mas, nós precisamos para garantir a qualidade da educação, garantir não apenas a melhor remuneração, mas também melhores condições de trabalho para os profissionais da educação.

Nós tivemos uma grande vitória, que o Ceará foi decisivo: nós garantimos nas ruas, na mobilização, nas plenárias, nas reuniões, que Justiça decidisse o que o povo brasileiro já tinha decidido: que professor tem que ter a garantia de um piso nacional do magistério. Isso foi uma conquista de todos nós que estamos aqui, não apenas em negociações, sobretudo em manifestações públicas. Agora é preciso garantir que todos os municípios e que todos os Estados apliquem o piso como vencimento base e garanta que das 40 horas, 1/3 seja para atividades fora da sala de aula. Tenho certeza que nós iremos conquistar isso, que já conquistamos na Justiça.

Finalmente, precisamos garantir melhor gestão da educação. O piso foi fundamental, mas é preciso garantir uma proposta que está vindo como uma das metas do PNE: a gestão democrática da escola, com direção eleita pela comunidade e por critérios técnicos. É preciso acabar com o QI (Quem Indica) na direção das escolas.

Esta é a minha posição e tenho certeza de que é uma posição também da maioria dos membros da Comissão.

Finalmente, companheiros e companheiras, tudo isso não fará sentido se nós não garantimos a qualidade da educação. Esse tem que ser o maior objetivo desse plano! E para garantir a qualidade, nós temos que por em prática não apenas essas metas, precisamos melhorá-la, precisamos aperfeiçoar as estratégias, precisamos melhorar também a condição para que a gente possa não apenas ter o IDEB como o instrumento de medir essa qualidade, precisamos criar um sistema de avaliação da escola básica, como hoje nos temos o sistema de avaliação do ensino superior. E é preciso garantir que efetivamente seja posto em prática o custo aluno/qualidade. Isso vai dizer exatamente o quanto nós precisamos de investimento por aluno para garantir a qualidade na escola básica. E na escola básica, só faz sentido se nós pudermos também garantir não apenas nos diversos níveis, mas nas modalidades. Esse plano ficara incompleto se nós não garantimos a condição das pessoas que precisam da educação especial de qualidade e universal para os surdos e para as demais pessoas com algum tipo de deficiência.

Portanto, quero concluir dizendo que fico orgulhoso do Estado do Ceará, esse Estado que foi o primeiro a abolir a escravidão no nosso país. E nós temos aqui a Universidade de Redenção, que terá sua aula Unilab no dia 25 de maio, na presença do Ministro, para que a gente possa efetivar uma escola de nível superior não apenas para os brasileiros, mas para os irmãos africanos, que também precisam dessa universidade.

Pois este Estado está dando hoje um exemplo para o Brasil; um exemplo de organização, um exemplo de mobilização e sobretudo está dando um exemplo na qualidade das emendas, das propostas que esta sociedade cearense está aprestando a esta Comissão aqui presente.

Muito obrigado minhas colegas educadoras, muito obrigado meus colegas educadores, estudantes, trabalhadores da educação, que vieram à chamada da Assembléia e da Câmara Federal para esse grande debate. Tenho certeza que as idéias de vocês serão incorporadas por vários deputados aqui presentes, na Comissão Especial.

Parabéns Ceará, parabéns escola do Ceará, por esta grande mobilização por este grande ato. (Manifestações das Galerias).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO CLÁUDIO (PSB): Parabéns ao Deputado Artur Bruno pelas palavras.

Respeitando todos os espaços democráticos e os movimentos.

Antes de ouvirmos o Presidente da Comissão Especial do PNE, Deputado Gastão Vieira, a Deputada Rachel Marques aqui, de forma muito lúcida, idealizou que os nossos deputados federais cearenses membros dessa Comissão, Deputado José Nobre Guimarães, Deputado Eudes Xavier, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputado Padre José Linhares e Deputado Artur Bruno e Deputado Chico Lopes, pudessem fazer a entrega simbólica das emendas já produzidas aqui no Estado do Ceará ao relator do projeto do PNE, o Deputado Federal Ângelo Vanhoni.

Por essa razão, eu convido o Deputado Federal Ângelo Vanhoni para ocupar o centro do Plenário, para que os nossos deputados federais cearenses possam fazer a entrega simbólica desse documento.

E aproveitando também, o Deputado Valdir Maranhão, que é nosso vizinho e grande parte das emendas cearenses tem muito a ver com o Maranhão. Deputado Valdir Maranhão também, por favor, para participar deste ato.

Queria também registrar que estão conosco aqui no complexo das Comissões ao lado do Plenário, integrantes da FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos e da ASCE – Associação dos Surdos do Ceará; além de professores, alunos, pais e intérpretes do Instituto Cearense de Educação dos Surdos.

São mais de quatrocentas pessoas aqui presentes nas Comissões Técnicas da Casa, objetivando a luta a respeito das libras e a implantação de escolas bilíngües. Dessa maneira a gente também os parabeniza por isso e pela mobilização da FENEIS e da ASCE aqui no Estado do Ceará, no momento em que se escute o PNE.

A Presidência já anuncia a palavra com muito prazer, já externando gratidão pela honrosa presença, do Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Gastão Vieira, Presidente da Comissão Especial do PNE.

SR. DEPUTADO FEDERAL GASTÃO VIEIRA (PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE):

Bom-dia a todos e a todas.

Nós viemos aqui para ouvir. Ouvir, porque estamos preocupados em consolidar um diagnóstico da educação brasileira dentro da sua diversidade que possa permitir ao nosso relator, Deputado Ângelo Vanhoni que aqui está, a

confeção e elaboração de um relatório que efetivamente consolide os pontos que estão contidos na proposta do Governo, que ampliem e que ousem ainda mais em outros planos, que dentro da Câmara dos Deputados (e posteriormente do Senado, ou seja, no Congresso Nacional), haverão de ser consolidados nesse trabalho pela educação brasileira.

Nós temos muito orgulho de estarmos aqui no Ceará hoje. É a primeira reunião que realizamos fora de Brasília, dentro do entendimento que tivemos que o Legislativo Estadual precisaria se unir ao Legislativo Federal nessa ampla discussão sobre o destino da educação brasileira para os próximos dez anos. E assim, Deputada Rachel é com muito orgulho que nós estamos aqui hoje, nessa iniciativa da Comissão de Educação e da Câmara dos Deputados, cuja Comissão Especial tenho a honra de presidir, com a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Ceará, que Vossa Excelência preside.

Quero dizer que a representação do Ceará tem uma presença permanente, constante, criativa e construtiva na discussão do plano. Os seus membros titulares, o Deputado Artur Bruno, Deputado Chico Lopes, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, o Deputado Ariosto Holanda, aqueles que estão sempre conosco, o Deputado Eudes, o Deputado José Linhares (que é o nosso decano), o Deputado José Guimarães, o Deputado Valdir Maranhão (que veio do Maranhão aqui, está cuidando da parte do ensino superior e portanto, está participando de toda essa rodada de discussões), enfim, todos eles marcam uma contribuição que nos motivou a fazer do Ceará o primeiro Estado brasileiro onde realizamos uma reunião fora de Brasília.

E mais: o Ceará é hoje o Estado que mostra claramente o caminho que nós podemos percorrer enquanto Nação, aprender enquanto contribuição de como se pode efetivamente criar uma educação consolidada em médio prazo para o Brasil. O Ceará obtém indicadores, obtém pontuações que surpreendem aqueles que não acreditam que uma educação às vezes se faz por iniciativa simples, porém persistentes e em longo prazo.

Por todas essas razões é que estamos extremamente felizes aqui no Ceará.

Eu quero agradecer ao Senhor Presidente pela recepção que nos deu; quero agradecer ao Deputado Artur Bruno e ao Deputado Chico Lopes pelas palavras carinhosas que pronunciaram, muito mais filhas da nossa amizade e convivência.

Acima de tudo dizer que como viemos aqui para ouvir, vou permitir que vocês manifestem as suas opiniões e tanto eu como o Deputado Angelo, o Deputado Valdir Maranhão, que daqui não somos, possamos levar para as nossas reflexões essa sempre vanguarda de pensamento do Ceará com relação à educação brasileira. Muito obrigado. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO CLÁUDIO (PSB): A Presidência agradece mais uma vez a distinta presença do Deputado Federal Gastão Vieira e já anuncia a palavra do Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Ângelo Vanhoni, relator da Comissão Especial do PNE.

SR. DEPUTADO FEDERAL ÂNGELO VANHONI (RELATOR DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE):

Quero saudar o Presidente da Assembléia e ao saudá-lo, eu cumprimento a todos os membros da Mesa. Minha saudação especial à Presidente da Comissão de Educação e Cultura aqui da Assembléia, Deputada Rachel Marques.

Eu acho que é um direito que a gente tem que entender que faz parte constitutiva de cada um de nós, e que há muito tempo esse direito não se realiza da forma como deveria se realizar no nosso País: a apropriação pela maioria do povo brasileiro do conhecimento. Tem um escritor italiano que um dia desses, refletindo um pouco (ele já tem perto de 78 anos, é um escritor famoso) ele um dia desses disse, mais ou menos fazendo uma reflexão sobre as suas obras, o seguinte: “olha, pensando a respeito de tudo que eu escrevi, eu chego à conclusão de que sem a memória é quase como se a gente não tivesse alma. E para que a gente possa ter memória, para que a memória possa constituir o nosso eu, é preciso que a gente tenha conhecimento; que a gente tenha do mínimo do conhecimento, sobretudo da linguagem”.

E nós estamos vivendo num País como o nosso Brasil, com 190 milhões de brasileiros, quase 60 milhões de jovens que estão matriculados no País, desde educação fundamental até o ensino superior e tem: mais uns cinquenta milhões de jovens que não estão matriculados até os 25 anos de idade; grande parte da educação que os nossos jovens que estão recebendo educação, não é uma educação de boa qualidade; os índices que nós temos da educação no nosso País não são bons; uma grande maioria do povo brasileiro não tem acesso em permanência à educação. O Estado brasileiro ao longo da sua história negou esse direito fundamental para o ser humano, que é ter acesso ao conhecimento, a maioria não se teve.

E nos encontramos num momento singular da história do Brasil. Eu sou lá do Sul do nosso País, venho lá do Paraná, mas eu piso aqui numa região que é uma das regiões pioneiras da consolidação e da construção disso que nós chamamos Brasil. Faz parte da memória profunda do nosso povo, a história do povo do Ceará; assim como do povo baiano e de outros povos aqui do Nordeste, por onde começou o grande processo civilizatório dos Trópicos aqui no Brasil.

Este momento que nós estamos vivendo de 2011, 2010 no Brasil e no mundo é uma chance talvez como as gerações passadas não tiveram no nosso País. Eu lembro que há três dias, um jornalista me perguntou: “deputado, qual é a diferença do Plano Nacional de Educação que os senhores estão discutindo na Câmara com o plano que foi votado há dez anos?” Eu disse: olha, nem talvez o diagnóstico da educação e nem talvez as metas sejam a grande diferença, mas a grande diferença é o momento que o Brasil está vivendo, o momento que as pessoas, todas as pessoas, todos os cidadãos do nosso País de alguma maneira estão percebendo essa mudança do momento. O Brasil hoje cresce a sua economia; dez anos atrás não tinha crescimento. O Brasil hoje tem uma perspectiva de futuro de construção; as pessoas estão acreditando que a vida pode ser melhor daqui a cinco, daqui a dez,

daqui a dez, daqui a vinte anos. Esta crença no futuro era muito difusa há dez anos; nós vivemos um período muito difícil da nossa história nos últimos trinta, quarenta anos, todos nós sabemos disso.

Essa mudança econômica está trazendo uma mudança do ponto de vista da cultura, do sentimento, da sensibilidade das pessoas em relação como construir um novo Brasil.

E é nesse momento que o Congresso Nacional recebe uma proposta do Poder Executivo, apontando vinte metas para distribuição do conhecimento no Brasil. A Europa, a educação infantil, a educação para as crianças de zero a três e de três a seis anos de idade, educação infantil especializada, já é uma realidade há cinquenta anos. No Brasil, não faz 8 anos que nós estamos começando a discutir a importância de ter educação para as crianças a partir dos 3 anos de idade. Tinha uma educação com viés, com diretriz pedagógica própria. Isto é um direito, do ponto de vista de pensar o processo de educação, não apenas como um momento da vida, mas a educação como uma forma sistêmica, pensando o ser humano como o centro das atividades do Governo. Onde um processo educacional começa já na primeira infância e termina ao longo da vida, passando pelo ensino médio e passando pelo nível superior.

É uma sociedade assim que nós queremos construir, é um Governo com essas responsabilidades que a gente tem que consolidar, do ponto de vista da democracia no Brasil. Não há possibilidade de a gente construir uma convivência pacífica, tolerante, harmoniosa com emprego, com desenvolvimento econômico aonde cada um possa se sentir realizado, possa ser dono do seu destino, possa ter a segurança de estar no mercado de trabalho, possa ter uma profissão, não precisar depender de ninguém, saber que o conhecimento que tem deve ser o suficiente para garantir a sua sobrevivência. É tipo uma sociedade como esta que nós queremos fundar.

Uma sociedade como essa, desse tipo, democrática, soberana, porque está centrada na autonomia do indivíduo, a gente só consegue através do conhecimento, através da educação sistematizada. Para isso, o Brasil precisa dar um salto para o futuro, precisa resgatar dívidas que tem com o passado. Como eu falei aqui, a dívida da educação infantil, a dívida do ensino médio. A maior parte dos nossos jovens é perto de 9 milhões que estão no ensino médio, 10 milhões de jovens, não sabem por que estão cursando o ensino médio. Porque quando terminam o ensino médio, eles não têm capacitação nenhuma para entrar no mercado de trabalho.

Então, o abandono no ensino médio é muito grande no nosso País. Quase 40 ou 50% dos jovens abandonam o ensino médio. Não há sentido no nosso ensino médio. O mundo se transforma numa velocidade estonteante, cada vez mais o conhecimento é necessário para você exercer numa profissão. E se nossa juventude está abandonando o ensino médio e não completa o ensino médio, nós sabemos que estamos deixando a perspectiva de vida, a qualidade de vida de milhares de brasileiros e brasileiras sem nenhuma perspectiva.

O plano de metas que o Governo mandou, faz um diagnóstico da educação do Brasil pela primeira vez, entendendo a educação como atribuição do Estado, sistêmica, desde a educação infantil até o ensino superior.

As tarefas e as dívidas que temos com o passado são enormes, 3 milhões e meio de crianças precisam estar na pré-escola. As prefeituras precisam construir as escolinhas infantis, precisam contratar professores, precisam contratar funcionários, para absorver nossas crianças até 2010.

No ensino médio, a proposta é que no mínimo, 60% dos jovens do ensino médio tenham curso profissionalizante, que possa criar uma perspectiva para nossa juventude poder encontrar o mercado de trabalho e ter toda sua realização profissional.

Porque nossa juventude, vocês sabem (no meu Estado é assim, e creio que no Ceará também deve ser a mesma coisa), quando completam 16 a 17 anos de idade, os jovens estão querendo cuidar da sua própria vida. Sabem que precisam ter trabalho com dignidade, sabem que precisam ter formação profissional, querem poder namorar, casar, cuidar de seu destino enquanto homem, enquanto ser humano. E a formação que recebem no atual ensino médio não os capacita para isso. E não ajuda o Brasil a se desenvolver, se nós não tivermos uma qualificação da nossa juventude do ponto de vista profissional.

Os desafios do ensino médio são enormes, mas um dos maiores desafios é do ensino superior. Talvez a maior chaga que tem no ensino, na formação, na educação no nosso País esteja no ensino superior, porque são 43 milhões de jovens com 17 anos de idade até 24 anos de idade. Sabem quantos jovens, desses 44 milhões, estão cursando uma universidade pública, gratuita, que é papel do estado oferecer para a juventude? Apenas 1 milhão e 200. Em todo território nacional, somando as ofertas de matrícula pública do Ceará até o Rio Grande do Sul, apenas 1 milhão 250 dos 44 milhões dos jovens estão em curso de nível superior.

Se há uma conquista a ser feita para pagar uma dívida do passado, está no nível superior. Para que a gente possa chegar em 2020, no mínimo com 30 a 40% da juventude em idade escolar, cursando ou freqüentando uma escola de nível superior de formação profissional.

Mas eu falei de dívidas do passado, porque posso classificá-las assim, as dívidas que temos do ponto de vista da expansão e da universalização de ensino do nosso País. Mas a maior dívida é aquela que a gente precisa resgatar, porque senão não vamos construir o futuro do Brasil. E o futuro do Brasil passa pela educação, o futuro do Brasil passa pela distribuição e construção do conhecimento; e a distribuição da construção do conhecimento tem que ater agora nas metas do PNE, com muita clareza a fixação do padrão de qualidade do ensino brasileiro. Sem a qualidade do ensino brasileiro, não vamos nos consolidar como uma nação soberana.

O Brasil forma hoje, 28 mil engenheiros, o que dá uma base para formar a engenharia, a tecnologia para que a gente possa desenvolver enquanto nação, na ciência da informática, na agronomia, na engenharia mecânica, na química, na

física. Os Estados Unidos, a Índia e a China formam em média 200 mil engenheiro por ano. Olhem a diferença que nós temos!

Para encerrar, eu gostaria que a contribuição, pelo menos essa é a preocupação que a Comissão Especial tem, que as contribuições fossem muito precisas a esse respeito da qualidade. E quero deixar minha opinião aqui, porque sei que nessa reunião tem majoritariamente tem interessados na educação de nosso País, e majoritariamente devem ter professores e professoras aqui do Estado do Ceará e seus representantes.

Nós podemos ter uma escola com a melhor biblioteca, o melhor computador, com transporte escolar, asfalto na frente da escola, com cancha de esporte, com toda infra-estrutura necessária, se não tivermos um professor motivado, com salário digno para exercer sua profissão, não vamos conquistar a educação que queremos no nosso país.

Para mim foi uma satisfação, uma alegria poder estar aqui no Ceará neste momento importante que estamos vivendo no nosso país, discutindo o Plano Nacional de Educação. Ele, que vai lançar as bases, as metas, não para educação daqui a dez anos, mas para como o Brasil vai ser daqui a dez anos. E queremos um Brasil mais democrático, mais humano, mais solidário e que possa trazer felicidade e alegria ao conjunto do povo brasileiro.

Muito obrigado, um abraço e boa discussão para vocês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO CLÁUDIO (PSB): Obrigado ao deputado relator Ângelo Vanhoni.

Nós facultamos a palavra por dez minutos para que os autores do requerimento pudessem falar e para o presidente e relator da Comissão especial do PNE.

A partir de agora, com a devida compreensão dos membros remanescentes da Mesa, facultaremos cinco minutos para que tenhamos tempo suficiente de ouvir nossa audiência aqui presente.

Gostaria de justificar a ausência do Presidente da Câmara dos Vereadores, Acrísio Sena, que nos comunica que está presidindo neste momento uma audiência pública na Câmara, mas mandou sua assessoria para acompanhar a audiência.

Também registro a presença do Instituto Felipe Smaldone de Pais, Professores e Alunos que lutam por uma escola bilíngüe.

Passo a palavra ao Deputado Federal cearense, também membro da Comissão, Padre José Linhares.

SR. DEPUTADO FEDERAL JOSÉ LINHARES (PSB): Cumprimentando cordialmente o nosso Presidente Roberto Cláudio, sobretudo colocando em relevo o trabalho e a eficiência da nossa Deputada Rachel Marques, que não só está dirigindo este trabalho, mas vai dirigi-lo em varias regiões do nosso querido Ceará; ao Professor Francisco das Chagas Fernandes; ao nosso querido Deputado Gastão Vieira; ao querido Deputado Ângelo Vanhoni, que os senhores tiveram o privilégio de ouvir falar com tanta propriedade; ao nosso Deputado Federal do Ceará Artur Bruno; ao Chico Lopes, que sempre faz a média pedindo palmas à platéia; a

Cristiane Holanda, que é a Assessora Chefe do gabinete da Secretaria de Educação da Doutora Izolda Cela; ao Francisco Elísio Cavalcante Abreu; o Professor Idevaldo.

Eu queria pedir licença a vocês para fazer uma saudação ao nosso José Guimarães, que está aqui; ao Valdir, que vem do Maranhão nos honrar com sua presença; aos deputados estaduais que estão aqui. Estou vendo um grande ex-aluno, Teodoro Soares aqui presente, grande educador. E uma saudação aos queridos professores e professoras e todos os segmentos dos trabalhadores.

Meus amigos e amigas, eu acho que este é um momento privilegiado. Por que privilegiado? Porque estamos aqui num ambiente de diálogo. A Comissão da Câmara dos Deputados se desloca até o Ceará. E nós queremos, eu disse ao nosso Presidente que cortasse nosso tempo e deixasse tempo para que ouvíssemos o clamor do nosso povo. Isso é que é importante! Nós não estamos aqui para dar aula a vocês, nós estamos aqui para ouvi-los. Nós queremos levar daqui uma síntese de todas as angústias, de todos os problemas.

Eu estou vendo cartazes aqui, parece que o piso não chegou até aqui, parece que deve chegar. Então, faz-se necessário que nós levemos a Câmara Federal na síntese que vai ser feita por nosso brilhante relator e por todos que fazem a comissão, podermos dizer: o Ceará pensa assim.

Nós, aqui no Ceará, temos um grande privilégio. Eu, que fui educador durante 35 anos, dirigindo escola desde o primário até universidade, eu sei o que é trabalho do professor. Trabalho que muitas vezes é desconhecido, trabalho que eu chamaria o trabalho subterrâneo. Mas, nenhum de nós estaria aqui se não fossem os nossos professores. Somos deputados hoje, doutores, mestres, estamos lá porque um dia uma professorinha do primário, no ginásio, na faculdade nos orientava.

É a esses professores eu quero dedicar uma saudação toda especial. E dizer a eles que abram o coração, porque esses deputados que vieram até aqui são, por excelência, democratas. Eles querem ouvir o povo e ver o povo; o povo educador e trabalhador falando.

Por isso eu digo que esse momento privilegiado é um momento riquíssimo para o nosso trabalho e para o trabalho do Ceará.

Um abraço cordial a todos vocês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROBERTO CLÁUDIO (PSB): Muito obrigado Deputado Padre José Linhares.

Antes de passar a palavra a nossa próxima oradora, quero justificar minha ausência temporária, porque vou participar de outro momento aqui na Assembléia,. A Deputada Rachel Marques irá presidir nesse interstício, mas devo voltar para finalizar o debate.

Já transferindo a Presidência a Deputada Rachel Marques, passo a palavra à chefe de gabinete da Secretaria de Educação do Ceará, representando a Secretária Izolda Cela, Professora Cristiane Holanda.

SRA. CRISTIANE HOLANDA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO): Bom-dia a todos e a todas, bom-dia professores.

(Manifestações das Galerias)

Quero saudar a todos presentes, na pessoa dos nossos três presidentes: Presidente Roberto Cláudio (amigo e parceiro da Secretaria de Educação), Presidente da Comissão de Educação, Deputada Rachel e o Presidente da Comissão do PNE Especial, Deputado Gastão Vieira, nosso coordenador da CONAE – Conferência Nacional de Educação (que é importante a gente fazer a ligação e a referência da CONAE com o PNE). Cumprimentar o nosso representante aqui do MEC, Francisco das Chagas.

Quero saudar muitas pessoas aqui, amigos, colegas, professores, agora, para vocês ouvirem também. Eu acredito, realmente, que a grande autoridade da educação são os professores.

E, nós estamos aqui então, para conversar um pouquinho sobre o PNE e, dentro dessa perspectiva, quero dizer para vocês que a Secretaria de Educação do Estado do Ceará apoiou totalmente as conferências das CONAEs. E, nós recebemos um elogio do MEC por escrito, em público, através do professor Francisco das Chagas, que o Estado no Ceará, os 184 municípios fizeram a sua CONAE, a etapa municipal da Conferência Nacional de Educação. Todos os municípios!

Isso para nós foi e é uma vitória, porque nós acreditamos piamente, como diz o Miranda, que é preciso conhecer o passado para falar do presente. É preciso saber o que foi para saber o que é. É preciso, quando a gente quer avançar, olhar para o retrovisor e ver exatamente o que é preciso executar.

A nosso ver, o Plano Nacional de Educação é bem melhor do que o primeiro Plano Nacional de Educação. Nós temos que combinar ousadia e exequibilidade.

Então, dentro dessa perspectiva, nós da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, estamos totalmente incentivando, fazendo parte desse fórum de discussão em prol do PNE. Nós estamos nos encontrando com todos os deputados federais, de quinze em quinze dias, com a professora Izolda e com o professor Maurício. E estamos conversando. Sabemos da importância desse instrumento. A maioria são lutas antigas nossas também e que é importante casar essa ousadia com essa exequibilidade e o investimento público necessário.

E, acreditamos que é totalmente possível algumas metas, como a meta 2 e a meta 5. No entanto, temos algumas metas que a gente sabe que é difícil a execução. O grande embate se dará porque, por exemplo, metas vinculadas... meta 3, vinculada ao Ensino Superior, por exemplo, a gente não consegue viabilizar dentro de uma perspectiva, se um maior investimento não vier para a nossa Região Nordeste. Esse entrave será o grande embate.

Queremos dizer que nós, da Secretaria de Educação, estamos apoiando e querendo incentivar, apoiar esse movimento. Estivemos presentes no fórum.

Aqui quero registrar a presença do Fórum de Educação Inclusiva; do Fórum de Educação de Jovens e Adultos; do Fórum de Educação Infantil; pessoas altamente participativas junto a esse movimento.

Estaremos sempre presentes, dando a nossa contribuição, apresentando as nossas ideias, porque acreditamos que juntando vontade política séria e investimento público necessário, nós vamos conseguir somar uma educação de qualidade para todos. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada, Cristiane Holanda, que aqui representa a Secretária Izolda Cela.

Vamos agora ouvir o senhor Francisco Elísio Cavalcante Abreu, presidente da Undime e Secretário de Educação do município de Itapiúna.

SR. FRANCISCO ELÍSIO CAVALCANTE ABREU (PRESIDENTE DA UNDIME): Excelentíssimo Senhor Deputados Roberto Claudio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Deputada Rachel Marques, presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Ceará; Professor Francisco das Chagas Fernandes, secretário executivo adjunto do Ministério de Educação; Deputado Federal Ângelo Vanhoni, relator da Comissão Especial do PNE; Deputado Federal Gastão Vieira, presidente da Comissão Especial do PNE; Deputado Federal José Linhares, membro da Comissão; senhor Deputado Federal Artur Bruno, membro da Comissão do PNE; Deputado Federal Chico Lopes, também membro da Comissão; Cristiane Holanda, chefe de gabinete da Secretaria de Educação e representante da professora Izolda Cela; e o nosso professor Idevaldo Bodião, coordenador do Fórum de Discussão do “PNE para Valer”, PNE do Ceará. Demais deputados federais e estaduais, autoridades aqui presentes. Meus caros colegas secretários, senhores e senhoras.

Inicialmente, nós queremos ressaltar a importância deste seminário e parabenizar a Deputada Rachel Marques, aos Deputados Chico Lopes e Artur Bruno e seus requerentes.

A nosso ver, a expressão do momento é de significativa participação da sociedade no processo de discussão e posteriormente de aprovação do Plano Nacional de Educação.

A União Nacional dos Dirigentes de Educação, Undime, integrando o comitê diretivo da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, encaminhou à relatoria do PNE cerca de oitenta e duas emendas ao Projeto de Lei que cria o Plano Nacional de Educação. Essas emendas são referendadas pela Undime-CE.

Neste seminário, a Undime do Ceará reunida, vem apresentar aqui aos senhores algumas preocupações e algumas inquietações nossas, enquanto dirigentes municipais de educação, que dizem respeito diretamente à gestão da educação pública municipal e que comprometem a qualidade social da educação e a própria viabilidade do PNE em si.

Quais sejam: a nossa primeira grande preocupação está relacionada à questão do financiamento. Então, o PNE define metas e grandes metas e metas de qualidade que implicarão, com certeza, no substancial aumento de despesas. E nós consideramos que a proposta de investir até o final da vigência do plano, 7% do PIB em educação é muito pouco para dar conta dessas metas que estão aí postas.

Então, nós defendemos desde já, que o país invista até os quatro primeiros anos de vigência do plano, 7% do PIB em educação e nos anos seguintes, a gente atinja a cifra dos 10%, que já era uma expectativa de todos os educadores do Brasil e gestores.

Precisamos associar essa questão do financiamento à questão do custo aluno/qualidade que já está aí definida e dependendo tão somente de uma decisão do Ministério de Educação. Eu acho que é necessário essa discussão também estar a posta.

A nossa segunda grande preocupação se refere à questão da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, aliada a um consequente Plano de Cargos e Carreiras. O Estado Brasileiro não pode perder a oportunidade de garantir a carreira dos profissionais do magistério. Considerando os investimentos a serem feitos nos diversos níveis de formação. A Undime, tanto no plano estadual quanto nacional, sempre defendeu a Lei do Piso, que ela fosse implantada tal qual foi sancionada pela Presidência da República. Entretanto, algumas dificuldades para com a execução desta Lei, impõem-se aos municípios e nós todos precisamos, com certeza, discuti-la e chegar a alguns consensos.

Não podemos gastar todas as nossas energias exclusivamente para o pagamento da Lei do Piso Salarial, que tem se limitado apenas ao terceiro magistério, portanto, inicial da carreira, onde a existência hoje de profissionais já é no número bem reduzido. Nós precisamos pensar numa política de salários associada a planos de cargos que assegurem, de fato, o crescimento na carreira para os professores com graduação, com especialização, *Latu e Stricto sensu*.

O próprio Projeto de Lei prevê que todos os professores da educação básica atinjam o nível superior no tempo da vigência desse plano. Então, nós não podemos nos atrelar apenas a uma política de salário que cuida só do terceiro magistério.

A outra grande preocupação que nós apresentamos aqui expõe com veemência a questão do regime de colaboração União, Estado e municípios. Não podemos, senhores deputados, perder a oportunidade ímpar da construção democrática que vive o país em que todas as gerações sonham com a efetividade de melhores condições de vida; em que toda mãe possa vislumbrar um futuro de paz e prosperidade para seus filhos; sem dicotomia entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Tudo isso será possível caso o PNE, no tocante à educação, tenha força suficiente para regulamentar o citado regime de colaboração ou construir – o que é propósito seu também – um Sistema Nacional Integrado de Educação.

Face ao exposto, a Undime-CE, solicita o empenho de vossas senhorias ou de vossas excelências na análise do encaminhamento das questões aqui postas que, somadas às preocupações das demais entidades do Ceará e do Brasil, a exemplo aqui o “PNE para Valer”, do Ceará, possam apontar para a prerrogativa de uma educação que tem como condição primeira tornar o nosso país a potência mundial que todos nós sonhamos.

Nós estamos ainda entregando uma carta da Undime-CE aos deputados federais que compõem a nossa Bancada. Essa carta registra – e não vou ter tempo de lê-la aqui – mas ela registra algumas dessas preocupações que nós colocamos e outras tantas. Nós precisamos efetivar a carreira do magistério; precisamos assegurar o pagamento dos salários; que esse compromete inclusive com a lei de responsabilidade fiscal.

Então, essas questões todas estão postas e esperamos contar com o apoio dos senhores deputados federais do Ceará. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigado, senhor Francisco Elísio, presidente da Undime e Secretário de Educação do Município de Itapiúna.

Vamos ouvir agora, o senhor Professor Idevaldo Bodião, coordenador do Fórum de Discussão do PNE no Ceará. Cinco minutos.

SR. PROFESSOR IDEVALDO BODIÃO (COORDENADOR DO PNE-CE): Bom dia, Deputada Rachel Marques, e ao cumprimentá-la, para simplificar o pouco tempo que tenho, eu cumprimento todos aqueles que estão aqui presentes compondo a Mesa no Plenário, cumprimento os cearenses que nos assistem pela TV Assembléia e nos ouvem pela Assembléia 96.7 FM.

Eu queria lhe pedir, deputada, na condição de Presidente desta Sessão que seja um pouco generosa com a minha intervenção, não pela minha fala pessoal, mas pelo que ela representa. Ela representa a fala do “Movimento PNE Pra Valer” de alguma maneira é sujeito importante desta Sessão. Por isso eu peço um pouco de generosidade no tempo que me for concedido.

O “Movimento PNE Pra Valer” é composto de cerca de 40 entidades, todas aqui do Ceará e fala articulado com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O que significa dizer que nós estamos representando neste momento (o que me deixa muito contente como meio cearense, estou pedindo cidadania), nós estamos falando em nome de milhões de brasileiros que militam na causa da educação. Eu falo aqui em nome também da Campanha Nacional pelo Direito a Educação, uma entidade que congrega cerca de 200 entidades com pés em pelo menos 20 Estados Brasileiros. É este esforço, é esta militância nacional que o Ceará hoje se responsabiliza por representar.

Nós, do “Movimento PNE Pra Valer”, estamos acompanhando com muita atenção toda a movimentação, toda a tramitação da PL 8035, em particular na sua definição como comissão especial. E na definição como comissão especial, nos nomes que compõem a comissão especial. A mim, particularmente, chamou atenção quando da constituição dos 50 nomes, dois deputados em particulares: Deputado Ivan Valente e Deputado Nelson Marquezan Júnior. E por que eu trago aqui à memória a esses dois nomes? De imediato esses dois nomes, Marquezan Júnior, na verdade Marquezan pai, junto com Ivan Valente foram personagens importantíssimos na tramitação do Plano Nacional de Educação no final da década de 90. E por que é que eu trago a baila esta memória neste momento? Para registrar de forma absolutamente clara que, naquele momento, a sociedade civil havia

escolhido participar de forma diferente. Havia um Plano Nacional de Educação construído pela sociedade civil que disputava com o Plano Nacional encaminhado pelo Governo.

Para registrar que neste momento a sociedade civil brasileira escolheu um outro caminho, a sociedade civil brasileira escolheu participar da Conferência Nacional de Educação, um esforço gigantesco que pelo menos desde 2008 mobiliza muita gente. E eu lembro o Professor Chagas aqui, uma quarta-feira à tarde numa reunião na Aprece (quando ele fazia sua campanha de mobilização dos Estados), um esforço que nas palavras do ministro mobilizou cerca de 3 milhões de pessoas; um esforço que levou a Brasília 3 mil delegados nos números do MEC, juntando palestrantes e convidados, 4 mil representantes na conferência em março e abril de 2010.

É precisamente esse esforço de construção democrática, ampla, generosa, participante que o “Movimento PNE Pra Valer” quer resgatar. Nossa principal bandeira de reivindicações é o cumprimento das deliberações da Conferência Nacional da Educação expressas no seu documento final. É esta a bandeira importante do “Movimento PNE Pra Valer”. E nós o fazemos pelo entendimento que ele é uma abrangente construção democrática que tem ao mesmo o tempo, o tamanho da geografia do Brasil e tem também a capilaridade de todos os segmentos sociais.

Quem sabe como foi a constituição... Eu peço um pouco de compreensão deputada, por favor!

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Mais um minuto, professor.

SR. IDEVALDO BODIÃO (COORDENADOR DO PNE-CE): Eu lamento, porque esta era uma atividade para ouvir a sociedade civil e a sociedade civil tem 5 minutos! (Aplausos).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Professor, tem 25 pessoas da Plenária inscritas e nós vamos ter que garantir a palavra dos 25 inscritos. Ficou acertado que seria 5 minutos. Nós estamos dando mais 2 minutos. Um acréscimo de mais 2 minutos.

SR. IDEVALDO BODIÃO (COORDENADOR DO PNE-CE): Eu vou simplificar e vou ao final.

Peço ao Deputado Vanhoni que olhe com bastante atenção aquelas duas metas que para nós são as coisas mais importantes desse Plano Nacional de Educação – são aquelas que dizem respeito ao financiamento.

O MEC divulgou na semana passada uma nota técnica acompanhada com planilhas em que ele pretende justificar a possibilidade de garantirmos a execução do Plano Nacional como está na PL com 7% dos investimentos do PIB.

Eu queria construir aqui dois ou três raciocínios que destroem absolutamente aquela nota técnica. Para que vocês tenham idéia, na argumentação do Governo, a inclusão da implantação da meta educação inclusiva praticamente não custará nada nessa conta do Governo. A expansão na educação do ensino medido, levando a

85% das vagas de 15 a 17 anos nas proposições do Governo não custará nada, isso porque estarão cobertas pela metas 1, 6 e 10. Só que a meta 1 é de educação infantil e não tem interlocução com ensino médio. A meta 6 tem a ver com educação integral e não tem nada a ver com expansão de vagas, não tem nada a ver com expansão de matrículas. Uma olhada razoavelmente cuidadosa é possível ver que nós não conseguiremos a efetivação do Plano Nacional de Educação como ele está no PL 8035 com 7% do PIB.

Por isso Deputado Vanhoni, nós defendemos 10% do PIB. Defendemos 10% do PIB, defendemos 10%, escalonando de tal maneira que em 2015 nós tenhamos 7% do PIB. E porque que nós fazemos esta proposição? Porque já está mais do que na hora do Brasil deixar de operar a partir exclusivamente do que é possível e começar a trabalhar naquilo que é necessário.

Nós confiamos na sensibilidade dos 50 deputados que constituem a Comissão Especial. Eles saberão compreender e olhar de forma alargada de tal maneira que nós possamos cumprir no presente aquelas composições que o senhor sonhava para o futuro. O Brasil pode e a educação brasileira precisa mais! (Aplausos).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigado, Professor Bodião.

Nós ouviríamos agora o Professor Chagas. Ele está abrindo mão da sua fala neste momento para gente ouvir a sociedade civil, nas mais diversas representações, inclusive os dois sindicatos que estariam compondo a Mesa. E ele vai falar ao final depois de ouvir a todos aqui que estão inscritos, ele vai ficar até o final e vai ter a oportunidade também de falar.

Então, como nós havíamos combinado no início, conforme o Presidente falou, os dois sindicatos estariam compondo a nossa Mesa em virtude do tamanho da Mesa não pôde estar aqui, mas na realidade compõem a Mesa também da mesma forma com a garantia dos 5 minutos.

Então, nós vamos ouvir a professora Gardênia Baima 2ª secretária geral do Sindiute.

SRA. PROFESSORA GARDÊNIA BAIMA (2ª SECRETÁRIA GERAL DO SINDIUTE): Eu vou somar aqui com o coro dos professores, cumprimentar a Mesa, sobretudo os trabalhadores em educação que estão em greve no Município de Fortaleza.

Eu ia conversar um pouco mais sobre o PNE, mas o tempo está reduzido, parece que são reduzidos também os direitos e eu optei (por conta dessa redução de tempo), optei por fazer aqui algumas reflexões que acho que são necessárias nesta manhã.

Nós estamos discutindo aqui o Plano Nacional de Educação para a próxima década, mas nós não estamos discutindo nenhuma novidade! Nós estamos discutindo aqui três projetos, há um projeto construído pela sociedade nacional, mas nele está embutida, legislação que já está em vigor como, por exemplo, o Piso Nacional da Educação. Então, o que nós estamos discutindo aqui é: o que será de

uma lei, o que será de uma lei decenal de um projeto imbuído do sentimento de esperança do povo brasileiro, se o que está contido nele já é desrespeitado sobremaneira pelo Executivo deste país de ponta a ponta.

Eu fico olhando aqui para os nossos deputados federais que fizeram o dever de casa, foram lá e votaram por unanimidade a Lei do Piso Salarial que trata da remuneração, da valorização do magistério. Foi lá o Governo Federal, sancionou essa legislação. E estão esquecendo os governadores a dizer que não sabem mais se o Brasil tem piso, depois de terem sido derrotados pelo Supremo Tribunal Federal!

Então, o que é que nós estamos discutindo? Nós estamos discutindo o seguinte: os Partidos no Congresso viabilizam as propostas e os mesmos Partidos do Executivo dizem que não vão cumprir a proposta.

Nós estamos num impasse. Ou a sociedade brasileira (como estão fazendo os professores do município), se arvora na mobilização, para o que estão fazendo para dizer: respeita a legislação ou não tem conversa fiada! Porque nós estamos trabalhando aqui propostas, mas nós estamos trabalhando aqui legislação. 10% para a educação é o mínimo que a sociedade pode querer! Mas aí vem o Governo Federal, corta 50 bilhões do Orçamento, 3 bilhões para a educação e a gente fica discutindo o quê?

Eu estava conversando com o Professor Edgar Linhares (que hoje está com um texto muito bom num dos jornais de circulação da nossa cidade sobre o PNE) e ele dizia assim para mim: “professora, se a gente não discutir o dinheiro, o financiamento, todo resto que se discute vem atrás”. Então, nós estamos discutindo o quê! Nós vamos, junto com esse PNE, discutir a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e esses orçamentos municipais para fazer valer esse plano.

Nós vamos, companheiro Bruno (a quem eu tanto respeito, um Parlamentar que sempre lutou em prol da educação), dizer a Fortaleza que tem que acabar com o QI, que tem que ter eleição para diretor nas escolas de Fortaleza. Porque há 7 anos nós não temos. Nós vamos ter que dizer para o Governador Cid e para a Prefeita Luizianne que o STF já disse: piso é vencimento base e não mais remuneração, como eles faziam as suas contas.

Então, eu gostaria aqui de dialogar com os deputados para dizer: o esforço está valendo, o Estado do Ceará é pioneiro em tudo. O Estado do Ceará foi pioneiro na hora em que disse que era preciso fazer valer a educação nacional, como foi pioneiro com o nosso Governador, o único do Nordeste que foi ao Supremo Tribunal pedir a inconstitucionalidade do piso. Vai ele e vamos nós atrás arrastando a educação, mas vamos fazer valer.

Então, nós estamos aqui conclamando a nossa Central Única dos Trabalhadores, aos deputados do PT que eu sei como se sentem, vão lá e votam a lei, e a prefeita do PT vem aqui e veta a lei. É estranho, é contraditório. Estamos pedindo a vocês, estamos exigindo, porque é o papel de vocês a todos que estão aqui: somem-se aos professores do município em greve e aos professores do Estado em mobilização, para que a gente possa fazer desse PNE hoje lei, como diz a lei do piso dos trabalhadores em educação.

E para concluir, eu quero dizer que é muito estranho, é no mínimo engraçado que nós estejamos aqui celebrando esse projeto do Plano Nacional de Educação com a presença...

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Só mais 1 minutinho para concluir!

(Manifestações das Galerias).

SRA. PROFESSORA GARDÊNIA BAIMA (2ª SECRETÁRIA GERAL DO SINDIUTE): Nós estamos aqui para dizer que a Secretaria Municipal de Educação esteja aqui conosco hoje celebrando este PNE e esta mesma secretaria se recusa a receber os trabalhadores em educação em greve para negociar o piso que é lei.

Portanto, todo apoio à greve dos professores, todo apoio ao PNE. Viva a educação brasileira! Viva aos seus professores!

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Gardênia Baima, do Sindiute.

Quero aqui registrar a presença da Professora Graça Costa, Presidente da Confetam (Confederação dos Trabalhadores do Serviço Municipal).

Também agradecer e registrar a presença do Deputado Federal Ariosto Holanda, membro da Comissão Especial do PNE.

Vamos ouvir agora o Professor Francisco Reginaldo Ferreira Pinheiro, Vice-Presidente do Sindicato APEOC.

SR. FRANCISCO REGINALDO FERREIRA PINHEIRO (VICE-PRESIDENTE DO SINDICATO APEOC): Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar os integrantes da Mesa em nome da Deputada Rachel Marques, essa guerreira, essa defensora da educação.

Meu abraço especial e cumprimento aos profissionais do magistério, grandes companheiros de luta. O Sindicato APEOC e a CNTE, que defende o PNE que o Brasil quer, tem algumas questões a pontuar sobre o PNE.

Verificamos um descompasso entre o que foi discutido na CONAE, na Conferência Nacional de Educação e o PL 8035. Notadamente em relação ao financiamento da educação em que a sociedade civil, Sindicato APEOC e a CNTE defendem que pelo menos 10% do PIB sejam investidos em educação. Essa demanda não é de hoje, é uma proposta histórica da sociedade civil. E não entendemos como possível não ter sido contemplado o PL 8035. Como também elevar investimento mínimo, estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, que atualmente a União só investe no mínimo 18% dos seus impostos em educação. E os Estados e municípios 25%. Queremos que isso elevado pelo menos para 25% a União e 30% os Estados e os municípios.

Também queremos pontuar que o PNE, em que pese estabelecer diretrizes e metas, para educação nos próximos 10 anos, entendemos que precisa de algumas amarras. Precisamos que não seja apenas uma carta de intenções, o Plano Nacional de Educação. Precisamos que seja estabelecido na Constituição Federal, as eleições diretas dos gestores, porque nós sabemos o que pensa o Supremo Tribunal Federal sobre isso, onde argumenta que como o cargo é comissionado, é de livre

nomeação, exoneração, não poderia ser vinculada essa vontade do gestor. Portanto, precisamos mudar isso na Constituição Federal.

Da mesma maneira, ainda falando sobre a valorização dos profissionais do magistério, o PNE infelizmente não foca na principal conquista dos profissionais do magistério que é a Lei nº11.738. Não dispõe que nenhum vencimento inicial de carreira seja fixado abaixo do valor do piso; não dispõe que pelo menos um terço da jornada de trabalho seja para as horas atividades, o que é inadmissível, tendo em vista o julgamento constitucional da Lei nº11.738.

Companheiros e companheiras, senhores e senhoras, não podemos esperar que chegue 10% agora para exigirmos já, a valorização da educação. Chegou a hora de nossos políticos, nossos representantes, fazerem o deslocamento da prioridade de educação no seu discurso para o Orçamento público.

O Estado do Ceará, em que pese estar investindo apenas 29% em manutenção e desenvolvimento do ensino, investe desse recurso apenas 43.96% no magistério, ou seja, do recurso em educação, o Estado do Ceará investe apenas 43.96, abaixo do Amazonas, que é 46.76%; abaixo de Alagoas, que dos recursos em educação, investe 72.51% no pagamento dos profissionais do magistério.

Portanto, é chegada a hora da valorização efetiva dos trabalhadores em educação!

O Sindicato APEOC reconhece que na última audiência com o Governador, tivemos alguns avanços: tivemos a progressão horizontal, duas, sem avaliação de desempenho; um ganho para o professor temporário da ordem de 13%; 50% do computador para o professor. Mas a categoria não abre mão do piso salarial na carreira do magistério.

Portanto, na negociação direta com o Governador, na pressão sistemática, queremos na próxima audiência com o Governador do Estado dia 6, chegava ao bom termo sobre o piso salarial tradicional do magistério, pois temos uma assembleia geral da categoria no próximo dia 8.

Vamos à luta companheiros! A conquista está em nossas mãos.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Professor Reginaldo, Vice-Presidente da APEOC.

Bem, nós vamos agora passar a palavra aos inscritos da Plenária. Nós já temos 26 pessoas inscritas. Nós vamos dar três minutos para cada um dos inscritos. Pedimos a compreensão e a disciplina nesse tempo, para a gente conseguir ouvir a todos que querem participar.

Nós vamos começar convidando a Diva Medeiros, da União dos Conselhos Municipais, Seção Ceará do Movimento PNE Para Valer, que vai tratar do tema ensino fundamental. Em seguida, o Emiliano Aquino já vá se aproximando, por favor.

Diva Medeiros, Ensino Fundamental.

SRA. DIVA MEDEIROS: Bom-dia a todos e a todas. Eu queria saudar a todos integrantes da Mesa, na pessoa da Deputada Rachel Marques; saudar os ouvintes da TV Assembléia.

Dizer que a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, defende e entende que o Ensino Fundamental precisa dimensionar uma melhor qualidade para ele, porque nós só poderemos garantir a qualidade dessa educação com a efetivação da aprendizagem, que é um direito social de todas as crianças, isso nós não temos.

Após a subvinculação dos recursos com o financiamento do Fundef, foi garantido 60% desses recursos para universalizar e nós termos uma educação de qualidade. E nós não conseguimos lograr esse êxito com esses 60%. E hoje nós temos esses 60% numa disputa com o ensino fundamental, com a educação infantil. Embora a gente reconheça que a União, hoje, tem a sua complementação.

Tivemos alguns avanços, mas é preciso a gente garantir um maior financiamento. E a União Nacional dos Conselhos também defende os 10%, porque nós entendemos que aliado a esse financiamento, nós precisamos também definir o custo aluno/qualidade, qualidade inicial.

O Conselho Nacional de Educação já tem um parecer, o Parecer nº8/2010, que trata sobre todos os insumos que serão necessários para definir essa qualidade.

Então, é necessário que a gente possa garantir isso e fazermos do nosso PNE, um instrumento de defesa da qualidade da educação e da garantia desses direitos. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Diva Medeiros.

Nós vamos ouvir agora, Vanessa Vidal do Instituto Cearense de Educação dos Surdos. E em seguida a Keila, da educação inclusiva.

SRA. VANESSA VIDAL (EDUCAÇÃO DOS SURDOS): O meu bom dia a todos os presentes.

Estou um pouco abalada devido ao falecimento de um amigo meu, fundador da Associação dos Surdos do Ceará, pessoa essa que tinha militado há muitos anos e que tem uma parcela significativa de colaboração da educação dos surdos no nosso Estado.

Eu quero deixar claro que eu estou falando aqui, não Vanessa pertencente a qualquer órgão do Governo, mas eu estou aqui representando os surdos e todas as suas manifestações. Eu tenho percebido nesses últimos tempos, toda essa angústia que a comunidade surda vem sofrendo.

Algumas semanas atrás, aqui mesmo na Assembleia, nós tivemos uma audiência pública do PNE, algumas idéias ficaram distorcidas e eu quero esclarecer neste momento.

Também o Jornal O Povo, hoje, publicou uma notícia que também foi entendida de maneira errada.

Nós não somos contra a inclusão, eu não coloco nunca isso. Nós somos a favor da inclusão, a inclusão é algo de suprema importância, mas só que nós queremos que respeitem a diversidade lingüística dos surdos. Que as crianças surdas possam aprender a língua de sinais na terna idade e que possam crescer e aí sim, serem incluídas. A criança surda tem que primeiro aprender a língua de sinais

e posteriormente, sim, poder interagir e integra-se na sociedade de igual para igual. É isso que eu quero colocar. A inclusão é de suprema importância sim, mas a criança precisa se desenvolver em escolas bilíngües.

Nós chegamos aqui, vindos de uma passeata hoje, que culminou aqui na nossa permanência na Assembléia, para falar, para colocar para vocês o nosso favorecimento em prol da educação bilíngüe para surdos. Os surdos se sentem capazes e satisfeitos quando estão nesses ambientes, interagindo com os seus pares. E nós queremos isso, nós almejamos isso.

Nós percebemos que as crianças surdas que são incluídas não estão felizes, elas precisam estar juntos dos seus pares. Infelizmente as notícias que nós recebemos do MEC não estão contemplando a educação bilíngüe, que favorece o desenvolvimento e a aquisição, linguisticamente e culturalmente falando, para a criança surda.

Então, na convenção nós encontramos, tanto no Artigo 24 quanto no Artigo 30, aspectos relevantes sobre essa questão cultural e lingüística para a pessoa surda.

Então, por isso que nós estamos sentindo ainda a falta de respeito ao que está na convenção para os surdos. A Constituição está ali falando da dignidade da pessoa humana, do respeito, da valorização de cada indivíduo.

Eu peço a todos os presentes aqui à Mesa, a todos deputados e senadores, os deputados estaduais, que possam estar a favor também do INES, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, porque esse é o marco da nossa história, é o marco da educação de surdos.

O INES ajudou a difundir toda essa questão educacional e se o INES fechar as suas portas, onde estarão esses alunos? Onde é que estará essa metodologia bilíngüe?

Então, eu peço aqui encarecidamente, o apoio de todos os políticos presentes, em prol dessa escola bilíngüe, dessa escola de pessoas surdas, uma escola onde as pessoas com deficiência possam viver e estudar igualmente.

Eu também queria saber de vocês, eu vi várias discussões, as propostas, as emendas que foram colocadas, por favor, nós não tivemos acesso a essas Emendas que foram entregues de maneira simbólica.

Então, eu parabeno pela iniciativa, mas eu queria que fosse colocado para a gente o que é que...

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Nós precisamos concluir, pedimos à Vanessa que possa concluir, estamos colocando mais um minuto.

SRA. VANESSA VIDAL (EDUCAÇÃO DOS SURDOS): Obrigada, eu vou ser mais direta.

Então, essas propostas que foram contempladas nessas Emendas, que possam ser repassadas para a gente. Nós temos a curiosidade de saber e não queremos perder novamente a oportunidade de contribuir substancialmente.

Então, eu saúdo a todos da Mesa e agradeço a todos os presentes pela participação. Obrigada. (Aplausos).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Vanessa Vidal, que aqui está representando o Instituto Cearense de Educação de Surdos.

Eu quero registrar e agradecer a presença do Senador Inácio Arruda que abrilhanta aqui o nosso seminário com a sua presença.

Vamos agora ouvir a Keila Leite Chaves, da educação inclusiva do Centro de Apoio às Mães e portadoras de Deficiência.

SRA. KEILA LEITE CHAVES (CENTRO DE APOIO ÀS MÃES E PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA): Eu sou Keila, do Centro de Apoio.

Estamos no fórum de discussão do PNE do Ceará, estamos participando do “Movimento PNE Pra Valer”. Estamos aqui para defender os 10% do PIB para educação e também que educação é um direito e que não é nenhum favor que estão fazendo a pessoa com deficiência, de atendê-las nas escolas regulares. É uma dívida com o segmento. Nós pedimos pela qualidade dessa escola, a educação inclusiva deve deflagrar que quem está deficiente é a escola e é a escola que tem que passar por essa transformação. A gente precisa, sim, defender a qualidade da educação pública e gratuita, que é um direito de todo cidadão brasileiro.

Estamos aqui para defender o CAQ (Custo Aluno/Qualidade) como referencial, nós somos famílias, mães, e pais de pessoas com deficiências.

Nossos jovens, hoje, estão também na luta, estão participando, estão empoderados e vêm participando da discussão sobre educação desde o momento que foi feita a sua inclusão na escola pública aqui em Fortaleza, na rede municipal. Nós descobrimos que éramos sujeitos de direito, porque até então não sabíamos. E aí em 2005 derrubamos os muros da escola, fomos para dentro dessa escola.

Estamos participando desde 2005 de todas as discussões pertinentes à educação. Participamos da CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base) e da CONAE.

Estamos aqui indignados, porque a PL não nos reflete. As propostas que saíram na CONAE, de todo esforço da sociedade civil de se fazer participar, de contribuir com o Plano Nacional de Educação. E estivemos participando de todas as etapas, a municipal, estadual e nacional. Para se fazer enquanto sociedade civil, nosso papel de contribuir com o Plano Nacional de Educação, para que não seja igual ao anterior. Não só no compromisso de contribuir, mas de não implorar, de acompanhar e de fazer o controle social, para que esse plano não vire outra morta, e que a gente possa realmente ter uma educação a qual todos nós temos direito.

Pela educação de qualidade para todos! E libras é uma língua que é direito de todos nós. Todas as nossas crianças têm que ter acesso a libras também. Por isso defendemos a educação inclusiva na rede regular de ensino. A escola pública, gratuita e de qualidade!

Por isso estamos aqui na luta e não abriremos mão do nosso direito. (Aplausos).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada, Keila.

Vamos ouvir agora, Emiliano Aquino, representante dos pais dos surdos. (aplausos)

SR. EMILIANO AQUINO (ASSOCIAÇÃO DOS PAIS DOS SURDOS): Bom-dia, saúdo a Mesa, a Presidência da Sessão, Deputada Raquel Marques; a todos os companheiros aqui presentes; aos trabalhadores da educação que estão em greve no município e no Estado; saúdo aos outros pais, que junto conosco lutam por uma escola descente para os nossos filhos; saúdo os companheiros da educação inclusiva, na pessoa da companheira Keila, que é nossa companheira de luta, para que ponha uma escola que respeite as diferenças, respeite as especificidades.

Nós hoje fizemos uma passeata com cerca de 800 surdos, professores e pais de surdos, e intérpretes da língua brasileira de sinais. Essa passeata de Fortaleza é parte de uma série de manifestações e de passeatas semelhantes que nesta semana ocorrerão nas principais cidades brasileiras.

E o que querem os surdos? O que querem os pais dos surdos? Nós queremos uma coisa simples, que o Decreto nº 5626 de 2005, seja respeitado. E o que diz o Decreto nº 5626 de 2005? Que os surdos serão incluídos no Sistema Educacional com escolas bilíngües e salas de aulas bilíngües. E quem não respeita esta lei? A Secretaria de Educação Especial do MEC, que tem uma política de inclusão criminosa, fora da lei! (Aplausos). E fora da lei por quê? Porque manipula com a luta legítima da companheira Keila, de outros pais e outras pessoas com deficiência, que é uma luta nossa, que é uma luta igual a nossa; manipula com essa luta para dizer que o surdo não tem especificidade. Tem! A especificidade do surdo é a língua. Qual é a língua do deficiente intelectual? O Português; qual é a língua do cego? O Português. Qual é a língua do cadeirante? O Português. Qual é a língua do superdotado? O Português. Todos eles estão na escola, onde nos ensinamos é administrado o Português, mas qual é a língua do meu filho? Língua Brasileira de Sinais. (Aplausos).

Com orgulho eu digo: meu filho é surdo! E a língua do meu filho tem que ser respeitada! E o meu filho tem direito a receber aulas em Língua Brasileira de Sinais. (Aplausos).

Para concluir Presidenta, quero dizer que a proposta do AE (Acordo de Empresa) não se adapta ao surdo. Por quê? Imagine se vocês tivessem um filho cego e vivesse num país que tudo mundo falasse a Língua Brasileira de Sinais. O filho cego vê o sinal? Não. O meu filho surdo não escuta quando falam em Português para ele. (Aplausos).

Se existe a lei Presidenta, e reconhece que a língua do meu filho é Libras, eu posso ter...

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Trinta segundos para concluir, por favor.

SR. EMILIANO AQUINO (ASSOCIAÇÃO DOS PAIS DOS SURDOS): Então, eu posso ter minha língua natural apenas no contra turno? Duas horas de

aula de libras por semana à tarde, manhã? Pensem nisso! Se fossem os filhos de vocês, vocês queriam que fosse retirada a língua do filho de vocês?

(Vozes respondem: não!)

Então é por isso, companheira Keila, pessoa que eu tenho profunda admiração, como tenho pela companheira Fátima Catunda... Eu venho aqui para dizer que o meu filho é surdo, é isso companheiro. (Aplausos).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada. Emiliano Aquino.

Nós vamos agora ouvir Antônio Davi, da Educação Inclusiva.

SR. ANTÔNIO DAVI (EDUCAÇÃO INCLUSIVA): Boa-tarde a todos, e a todas.

Eu respeito o que o Aquino falou agora, mas eu não consigo ver uma escola bilíngüe. Eu consigo ver uma escola para todos, eu consigo ver uma escola não que os surdos tenham acesso à língua, mas eu consigo ver uma escola que todo mundo tenha acesso a línguas. Por que na minha escola, eu sou obrigado a aprender Espanhol? Por que numa escola eu sou obrigado a aprender o Inglês? Porque está aí, está aí a aula de inglês hoje e eu faltei para estar aqui. Por que eu sou obrigado a fazer essa recuperação? Ah, você está obrigado porque o Inglês é uma língua universal. E por que Libras não é? (Aplausos).

Por que hoje, em pleno século XXI, em pleno maio do século XXI, estamos defendendo a educação em escola segregada? Eu não gravei o nome de quem falou agora, mas eu respeito com todo o carinho. A segunda coisa, o seu filho pode até ter uma escola bilíngüe hoje, mas futuramente quando ele crescer, ele não vai ter um bar bilíngüe, ele não vai ter um cinema bilíngüe, ele vai ter que conviver num mundo. E a escola é o melhor local, onde não só o surdo pode aprender a libras, mas que todas as crianças aprendam libras, porque hoje, por conta dessa segregação, o surdos ficam segregados, e às vezes não têm acesso.

Então a escola é segregada, não! Queremos inclusão, para todos. (Aplausos).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada, Davi.

Nós estamos agora ouvir o nosso relator, que diante das palavras aqui do tema da Educação Inclusiva, o relator Deputado Angelo Vanhoni, que pede para fazer uso da palavra, e que quer fazer algumas encaminhamentos em relação ao tema.

Deputado relator Angelo Vanhoni.

SR. DEPUTADO FEDERAL ANGELO VANHONI: É bem simples, só para lembrar a todas as entidades e os representantes que estão fazendo uso da palavra, estão trazendo textos com ideias, com sugestões e com algumas observações sobre as metas do PNE, o Presidente, nós da Comissão abrimos a partir do dia 20 deste mês, para receber as emendas oficialmente.

Então, todas as entidades, era bom que entrassem em contato com os deputados federais aqui do Ceará e sugerissem aos senhores deputados que subscrevessem esta ou aquela emenda, de acordo com o vencimento, com a aceitação do deputado, para que pudesse tramitar oficialmente na Comissão Especial a partir do dia 20.

Então, do dia 20 de maio até o dia 10 de junho, é o prazo oficial para o recebimento das emendas. E, pelo Regimento da Câmara, nós vamos apreciar e olhar as emendas apensadas pelos deputados, e por isso era bom. Acho que os deputados e o senador também podem subscrever, o Inácio pode também subscrever as emendas das diversas entidades que estão aqui discutindo e apresentando as emendas.

E dizer para os companheiros, as entidades que tratam da inclusão de todas as diversidades, que nós já decidimos fazer uma Sessão Especial na Comissão Especial, uma Audiência Pública, somente para tratar de manhã e de tarde, sobre as questões relativas às diversidades do nosso país no processo educacional.

Então, os surdos, os cadeirantes, as pessoas com deficiência de forma geral, podem ter a certeza de que nós vamos abrir espaço privilegiado, em discussão lá em Brasília. Para receber as sugestões, para esse olhar mais amiúde sobre o processo educacional para que a gente possa garantir o direito a todos, a ter uma educação no nosso país da melhor qualidade. (Aplausos).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada, relator Deputado Angelo Vanhoni.

Vamos agora ouvir, na temática de educação de jovens e de adultos, a Rita de Cássia Lima Alves, do Fórum de Educação de Jovens e Adultos, do Movimento PNE para Valer.

SRA. RITA DE CÁSSIA LIMA ALVES (MOVIMENTO PNE PRA VALER): Bom-dia a todos. Gostaria de saudar a Mesa na pessoa da Presidente, Deputada Rachel Marques.

O que me traz aqui a este Plenário é a indignação de 14 milhões de jovens de 15 a 17 anos, que se encontram analfabetos no nosso país.

Em momento nenhum, nós vimos pautada neste debate, a Sala de Educação de Jovens e Adultos.

Eu estou aqui como educadora desta modalidade há 11 anos, que vem vendo o desrespeito para com ela.

O Estado do Ceará é o 5º em analfabetismo, e nós, no PNE pra Valer, movimento ao qual pertencemos, levanto essa bandeira.

Se quisermos cumprir a meta 9, teremos que começar com os 10% da educação. Inclusive, senhor relator, o senhor esqueceu de dizer nos seus dados dessa população de analfabetos. Eu não estou falando de analfabetos orais, que ultrapassa a casa dos 55 milhões, estou falando do meu aluno.

Enquanto Fórum de EJA Ceará recebemos a reclamação de nossos adolescentes de 15 a 17 anos, que vêm sendo jogadas para EJA compulsoriamente. Fazem 15 anos, não têm direito de ficarem na escola fundamental, e isso é muito grave! Não vemos por parte do Governo do Estado, o respeito a esta modalidade.

Em novembro de 2009, o Brasil sediou a 6ª Conferência Internacional de Pessoas Adultas, na cidade do Belém do Pará, produzindo este documento, intitulado Marco de Belém, referência para todas as ações de EJA no Brasil, do qual o Brasil é signatário. Queremos entregar à Mesa para que possa anexar ao relatório dessa Comissão, e ver a EJA como pauta do dia, dos nossos Parlamentares, dos nossos senadores, o documento Marco de Belém, que traz as diretrizes para a modalidade.

Queremos que o senhor relator anexe aos autos deste Seminário e tome conhecimento das diretrizes acordadas aqui, no Marco da Ação de Belém.

Tenha um bom-dia e que a EJA seja a pauta do dia para um PNE pra Valer, em nome dos nossos 14 milhões de analfabetos de 15 a 17 anos.

Chegar à universidade é importante, mas eles precisam ser alfabetizados, muito obrigada. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Rita de Cássia.

Vamos ouvir agora o grupo que vão falar da formação e valorização do Magistério. Eu chamo a Ana Cristina Guilherme, do Sindiute.

Em seguida já se aproxime o Professor Fabio Lopes, da APEOC e a Enedina Soares, da Fetamce.

SR. ANA CRISTINA GUILHERME (SINDIUTI): Bom-dia. Queria fazer uma saudação especial aos professores do município em greve pelo Piso Salarial Nacional.

Estamos aqui hoje tratando do Plano Nacional de Educação e pelos coágulos, pelas falas da sociedade civil, dos alunos, dos pais e dos professores, precisamos de um plano mais arrojado.

Essa fala demonstra a situação, o caos que se encontra a nossa educação. Os que me antecederam, o Professor Bodião está aqui coordenando o Fórum do PNE e para ele, como professor, deve ser muito constrangedor a gente estar aqui com 240 mil alunos sem aulas. Por acaso, um feliz acaso, neste encontro estarmos discutindo a educação.

Não existe a educação de qualidade sem financiamento; não existe um educação de qualidade onde... aí me preocupa, porque o piso nacional, que é uma lei de 2008, sancionada pelo Presidente Lula, é descumprida em Fortaleza (que a Prefeita Luizianne é do PT), descumprida no Estado do Ceará (pelo Governador Cid Gomes, inimigo da educação brasileira, porque foi um autor da ADIN) e estamos discutindo o Plano Nacional da Educação que não está prevendo investimento. Estamos pedindo 10% e não tem... isto que foi decidido na Conferência Nacional não prevê esse mínimo de 10%. O que é que vai melhorar companheiros? O que é que vai melhorar na educação, onde as pessoas falam da educação de qualidade, exigem formação do professor, os alunos colocam da necessidade da escola especial, mas que não prevê o financiamento desta educação.

É preciso ter uma educação de qualidade, mas sem investimento?

Aqui eu faço um apelo à Prefeita Luizianne Lins que dialogue com os trabalhadores, para que possa garantir também o direito a aulas dos alunos que não começaram o ano letivo, por um Governo que não conversa com os professores.

Pelo piso salarial estamos em greve! (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Ana Cristina.

Com a palavra o Professor Fabio Lopes, da APEOC.

SR. FÁBIO LOPES (APEOC): Bom-dia a todos, bom-dia a todos os companheiros.

Nós estamos aqui para pautar exatamente isto companheiros e companheiras: o cumprimento, sim, da Lei do Piso em todo o território nacional. No Ceará, em Fortaleza e dos mais distantes do nosso país. Que este país tenha uma educação só com sua variedade, com sua multiplicidade, mas um projeto educacional para a Nação. Um Plano Nacional de Educação que vai ser aplicado em todo o território nacional, um piso salarial nacional dos trabalhadores em educação e que ele seja respeitado por todos os seus representantes políticos deste país.

Bem companheiros, nós vivemos um momento muito especial no nosso país, quando a educação está hoje no primeiro plano das discussões nacionais. Hoje, falar em projeto nacional para o Brasil é falar da educação comum de seus objetivos estratégicos principais, incluindo nisto, sim, a valorização do trabalhador em educação.

O trabalhador em educação só será valorizado, talvez, começando por aquela parte mais elementar que é a questão da sobrevivência.

Nós, trabalhadores em educação, temos sido tratados historicamente de uma forma muito nefasta pelo Estado Brasileiro. E, o piso salarial, apenas imposto inicial no sentido da sociedade do Estado Brasileiro pagar a estes profissionais, a que deve historicamente ter um salário digno. E muito mais do que isto, o salário é apenas o começo da questão. É apenas o começo! Temos muitas e outras questões a serem colocadas em debate para fazer com que o trabalhador em educação, o professor, o auxiliar, seja quem for que esteja exercendo alguma atividade dentro da escola (que é educador também), tenha vida digna e possa realizar um trabalho descente.

Então, nós estamos aqui, estamos hoje em um forte debate com o Governo do Estado no sentido da construção do nosso novo plano de carreira.

No município, estamos ainda nesta situação de conflito e de enfrentamento.

É a hora dos gestores abrirem os ouvidos, ouvirem mais as categorias, porque a categoria está unindo esforços com todos os setores que queiram fazer com que a educação no Brasil seja realmente boa, eficiente, de qualidade social e que sirva a todos os trabalhadores e seus filhos. Obrigado. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigado Fabio, da APEOC.

Agora, a Enedina Soares da Fetamce/CUT.

SR. ENEDINA SOARES (FETAMCE/CUT): Meu bom-dia a todos e a todas aqui presentes.

Gostaria de iniciar a minha fala saudando os meus companheiros que vieram da Região Metropolitana e do Interior do Estado, para contribuir com a discussão do PNE.

Registrar a presença do meu sindicato, Sindicato dos Servidores Municipais de Caucaia, Eusébio (companheiros da região metropolitana também), Itaitinga, Quixadá, Capistrano, Trairi, Barreira, Aquiraz, Beberibe, Pacujá, Campos Sales e

Graça. Então estes municípios que vieram de longe e de perto para contribuir neste debate. Depois nós vamos registrando outros.

Nós acreditamos que este fórum que aqui se encontra tem uma importância muito grande no sentido de lutar para que esse PNE tenha a cara e o desejo do povo brasileiro e possa ser concretizado.

Quero me somar as companheiras que me antecederam, no que colocaram em relação à valorização profissional dos trabalhadores em educação.

Queremos o cumprimento da Lei do Piso! A Lei do Piso, que agora foi ratificada pelo Supremo. Não há mais para onde fugir. É lei e os prefeitos e prefeitas do Ceará onde nós temos trabalhadores em educação, trabalhadores no serviço público, 30% dos trabalhadores em serviço público do Estado do Ceará não recebe sequer o salário. E dentre os trabalhadores do serviço público estão os professores. Então, a lei do piso foi ratificada, os prefeitos e prefeitas estão descumprindo. Não temos mais como admitir professores recebendo menos que um salário mínimo, professores com carga horária de 48 horas semanais (como é o caso de Fortaleza) e professores que também não tem sequer tempo bom na sua carga horária para planejar.

Então, não tem como termos um plano decenal de educação importante, bom, se não for pautada a valorização dos profissionais e as suas condições de trabalho.

Então, a Fetamce vem, junto com as suas entidades filiadas se somar esta luta para garantir um PNE com a cara da sociedade brasileira (que é a nossa cara) da valorização dos profissionais de educação. Obrigada. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Enedina, da Fetamce.

Encerrando o tema da valorização do Magistério, vamos ouvir aqui Maria de Jesus, do Fórum de Educação Infantil do Ceará.

SR. MARIA DE JESUS (FÓRUM DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CEARÁ): Bom-dia a todas as pessoas que aqui se encontram.

Eu gostaria de cumprimentar a todas as mulheres na pessoa da deputada Rachel Marques e cumprimentar a todos os homens que aqui se encontram na pessoa na pessoa do relator da Comissão Especial, o deputado federal Ângelo Vanhoni.

Eu sou do Fórum de Educação Infantil do Ceará que, por sua vez, integra o movimento de Interforuns de Educação Infantil do Brasil e é integrante da Campanha Nacional pelo direito À educação.

Nós lutamos com uma defesa intransigente, pela garantia do direito em educação infantil em creches e pré-escolas para crianças de zero a cinco anos.

Eu, particularmente, fiquei muito feliz quando uma pessoa à Mesa falou em educação infantil que foi o deputado Ângelo Vanhoni. Entretanto, ele começou nos três anos. Para nós é uma preocupação, porque a educação infantil começa no berço, começa com zero ano, ela é em creches e pré-escolas. E a creche tem sido motivo de muita preocupação por cada um dos que militam na educação infantil.

Por quê? Todo mundo valoriza a pré-escola (e eu não ficaria também sem esta valorização), no entanto é preciso considerar as necessidades e as peculiaridades que são próprias desta faixa etária. E não considerar a pré-escola, por que está mais próxima do ensino fundamental para que as crianças saiam letradas, já saiam lendo na educação infantil. Isto pode até ocorrer, entretanto não é o nosso objetivo principal.

Neste sentido, nós temos algumas defesas, não poderia deixar de dizer. Nós estamos todos aqui brigando por salários. Nós precisamos brigar por formação e precisamos brigar por financiamento de uma vez por todas. Por isto defendemos que em quatro anos se aplique 7% do PIB e até 2020, os 10% tenhamos como parâmetro de uso deste financiamento o CAQ, Custo Aluno Qualidade, que investe a lógica e passa a entender que os investimentos em educação precisam ser planejados a partir das necessidades e não do montante existente.

Apenas para entregar este documento ao Deputado Vanhoni, para que ele considere as nossas reivindicações nos relatórios maiores que compõem o Plano Nacional de Educação. Muito obrigada. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Parabéns Maria de Jesus que se dirige ao relator para entregar o documento da educação infantil.

Queremos registrar a presença da Mônica Pinto Pimentel, da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil); do Airtton Lucena, do Mova-se (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará).

Vamos intercalar aqui com a fala dos Parlamentares, entre as falas dos setores da sociedade civil e vamos ouvir agora o Deputado Federal Guimarães, que também tem participado do Movimento do PNE, inclusive propondo emendas.

SR. DEPUTADO FEDERAL JOSÉ NOBRE GUIMARÃES (PT): Bom-dia a todas e a todos. Uma palavra muito rápida, em função da nossa agenda de deputado federal do meu Estado.

Cumprimentar a todos à Mesa (já ganhando tempo), nas pessoas da nossa querida Deputada Rachel Marques, que preside a Comissão de Educação e do dileto e nosso querido amigo Angelo Vanhoni. Ele, que é uma grande figura sobretudo muito humana que temos na nossa Bancada. Receba dos cearenses, o maior reconhecimento pelo seu trabalho na área de educação pública.

Comentar umas três ou quatro questões. A primeira delas é que vale à pena o relator e o presidente da Comissão Especial, analisarem a mobilização que está tendo no Ceará na discussão do plano e nas sugestões que vão ser feitas por nós deputados.

O comitê do Ceará já se reuniu conosco e cada um de nós que está no gabinete participando, vai apresentar um rol de emendas. E é importante serem analisadas, porque não dizem respeito apenas à decisão pessoal do Parlamentar, mas é fruto da construção coletiva que está sendo feita aqui no Ceará, coordenada pelo professor Bodião. Ele, que deu uma contribuição imensa enorme juntamente com a área de educação do Estado para consolidar um conjunto de propostas. Eu

queria que levasse muito em conta as sugestões que foram entregues a vossa excelência.

Segundo, tem pelo menos três questões que acho que deveríamos na mobilização aqui no Ceará considerar bem. O primeiro já foi tocado, que é a questão do financiamento da educação.

É claro que o Governo está propondo 7% do PIB e nós sabemos, nós que somos da base de apoio do Governo da Presidente Dilma Rousseff, das dificuldades que existem. Então, temos que fazer um trabalho grande e eu me comprometo na Comissão, no diálogo com o Governo, como Vice-Líder do Governo Dilma na Câmara, para a gente convencer e escalar. Se nestes próximos anos chegarmos a 10% piso, Vanhoni, eu não tenho a menor dúvida que aí sim, o Brasil cresce com sustentabilidade. Porque investir em educação, é investir no futuro das gerações presentes e futuras e investir num novo modelo de desenvolvimento econômico que está em curso no nosso Brasil.

Deveríamos fazer esforço grande para conseguir essa construção: aumentar o investimento da educação pública.

Penso Deputado Artur Bruno, que nós temos uma tarefa grande: resolver o problema do piso. Por que eu estou dizendo isto? Porque investir na educação pública, não tem educação pública de qualidade sem o professor em todo SOS níveis. Eu penso que há um problema para ser resolvido que envolve municípios, envolve Estados. E eu vou relatar não é a lei do piso, porque o Supremo já decidiu. Eu vou relatar na Comissão de Finanças e Tributação, como é que se vai calcular ao piso.

Portanto, eu quero me comprometer para a gente colaborar, ajudar a resolver definitivamente esta questão do piso no Brasil e também aqui no Ceará. Este é o nosso compromisso.

Em terceiro lugar, dizer, Deputada Rachel Marques, que eu fui procurado agora há pouco por essa legião de cidadãos e cidadãs que aqui estão presentes, discutindo a questão da educação inclusiva. E há uma reivindicação no rol das emendas que nós apresentarmos, também tratarmos a questão das escolas especiais, das escolas bilíngües para esse setor importante da mobilização. E temos que dar conta disto na elaboração do relatório final.

Da minha parte, todo mundo sabe que eu não tenho militância organizada na educação, até pela minha função, como deputado federal, mas o meu gabinete está participando ativamente do comitê aqui do Ceará. E coloco-me, como Vice-Líder do Governo Dilma na Câmara, para colaborar e ajudar. Porque eu entendo que é uma causa que não diz respeito apenas aos educadores e as educadoras, mas a todos nós que temos, de fato, compromisso com a educação pública do nosso Brasil.

Obrigado a todos e a todas. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Deputado Guimarães.

Vamos agora ouvir, pela educação superior, a Josete Sales, professora da UECE do Movimento PNE pra Valer.

SR. JOSETE SALES (PNE PRA VALER): Bom-dia aos que acompanham a discussão em torno do Plano Nacional de Educação.

Eu represento o segmento universidade no fórum que discute hoje o novo Plano Nacional de Educação, mas também o segmento que esteve presente em todas as conferências municipais, estaduais e nacional. Então, ao contrário do que diz o senso comum, a universidade não está enclausurada, a universidade acompanha, sim, as causas e as questões da educação como um todo.

O novo Plano Nacional de Educação, o seu projeto prevê, dedica três metas no que diz respeito à educação superior. A primeira delas fala em ampliar a taxa de matrículas; a segunda se preocupa em elevar a qualidade da educação superior; e uma terceira diz da ampliação do número de matrículas na pós-graduação *strictu sensu*. São três metas legítimas, necessárias, contudo as três apresentam um equivoco bem significativo.

A primeira, quando diz elevar o número de matrículas na educação superior, ela resume essa ampliação a um programa de Governo e não a um programa de Estado. Nesta meta ganha destaque a experiência necessária neste momento, que é a universidade aberta do Brasil, mas como um programa emergencial de formação, ela precisa ser considerada no seu caráter excepcional e transitório.

Então, ela não pode constar o UAB (Universidade Aberta do Brasil) no novo Plano Nacional de Educação, num plano de Estado que contempla o programa, uma experiência momentânea de Governo.

A sua segunda meta, quando diz da qualidade da educação superior, ela também resume este acompanhamento da qualidade ao aperfeiçoamento de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, ou seja, ela já prevê a avaliação de condições que não estão ainda instaladas.

A educação superior e a sua qualidade pressupõe também a ampliação e a reposição do próprio quadro de professores da educação superior. E neste sentido, hoje nós vivemos tanto o quadro mínimo resumido, muitas vezes ausente, como é o caso das universidades estaduais do Ceará, um quadro que não existe e hoje está precarizado.

Então, estas são as metas ao ver do Movimento que discute o Plano Nacional de Educação, equivocadas e restritas quando dizem respeito tanto à ampliação da oferta, quanto à qualidade da educação.

Nós, do Fórum, voltamos a recomendar e a exigir de todos aqueles que acompanham a discussão do novo plano e aos Parlamentares em especial, que respeitem, observem as discussões frutos de todas as conferências que estão expressas neste documento. Este é o documento que tem que pautar as discussões e as votações dos Parlamentares. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Também do ensino superior, vamos ouvir a Professora Tânia Batista, da Sesdufc- Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior).

SR. TÂNIA BATISTA (SESDUFC/ANDES): Quero saudar a todas as pessoas presentes aqui neste momento. Quero destacar também, saudar toda a Mesa em nome do Professor Bodião que eu acredito que realmente representa diversos segmentos que hoje se mobilizam.

Quero destacar também que esta história da mobilização em torno da defesa da educação não é de agora, é de muito tempo. A sociedade brasileira já vem se mobilizando através do Plano Nacional de Educação, a proposta da sociedade civil e neste documento que é um documento que foi elaborado ainda em relação ao plano nacional anterior, nós temos diversas análises que o tempo aqui não nos permite tratar.

Porém, eu gostaria de destacar principalmente uma delas. O tempo é curto, eu quero destacar uma delas.

Hoje, o nosso ensino superior sofre, tem diversos problemas, mas um dos aspectos é importante que a gente destaque, eu acho que unanimidade aqui neste Plenária: que, de fato, sem financiamento nós não podemos expandir o ensino superior, de maneira que a gente tenha ensino superior com qualidade.

Então, eu quero destacar esse aspecto, que é importante essa discussão em torno dos 10% do PIB e quero destacar também que é importante que a sociedade se mobilize para além do PNE. É importante que estejamos sempre mobilizados nos fóruns, nas entidades, nos sindicatos, para que a gente possa, de fato, construir esta educação que tanto almejamos.

De nada adianta termos um belo PNE, se não tivermos uma mobilização efetiva na sociedade para que isto seja garantido.

Finalmente, eu quero concluir destacando a importância da mobilização, hoje, aqui na cidade de Fortaleza, dos professores municipais. Quero prestar aqui o apoio a essa mobilização, porque acredito que qualquer luta que tenhamos no sentido de mobilizar a sociedade para que a educação pública seja pautada, ela é justa, ela é coerente e ela precisa ser olhada com muito cuidado, tanto pelos Parlamentares, quanto pelos nossos governantes.

Quero agradecer esta oportunidade e dizer que o Andes, o Sindicato Nacional se coloca também nesse debate, no sentido de buscar também construir propostas que efetivem esse ensino de qualidade que nós buscamos e que isto depende muito da mobilização de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigada. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Professora Tânia.

Vamos ouvir agora a palavra do Deputado Federal Ariosto Holanda, que também é membro da Comissão Especial do PNE.

SR. DEPUTADO FEDERAL ARIOSTO HOLANDA: Inicialmente eu gostaria de cumprimentar a nossa Deputada Estadual Rachel Marques, parabenizar pelo seu trabalho na frente da Educação e, cumprimentando a deputada, eu queria cumprimentar a todos os membros à Mesa.

Eu ouvi atentamente a demanda de vários segmentos. Resumiria dizendo que toda demanda aqui apresentada para mim merece não só o nosso apoio, mas o nosso aplauso.

Encaminharemos nós, da Comissão Especial Nacional que trata do PNE, certamente iremos acatar as emendas que foram apresentadas e encaminhadas por meio dos nossos Parlamentares.

Porém, eu não ouvi aqui nenhuma demanda (aí eu queria que vocês fizessem a reflexão em cima disso) sobre a educação que queremos para aqueles que não têm tempo de ir para escola.

Segundo dados do PNAD e do IBGE, hoje temos 55 milhões de brasileiros na idade de 17 a 64 anos, analfabetos funcionais. São brasileiros que não entram no novo mercado do trabalho que exige conhecimento. Temos que pensar a escola com estes brasileiros.

Certamente, a escola formal vai ter o papel importante, mas estes não entram nesta escola formal, e nós que conhecemos os nossos trabalhadores, os nossos agricultores, temos que pensar na escola diferente para eles.

Aí me veio a idéia e queria compartilhar com vocês, da extensão. É a extensão que pode chegar a estes brasileiros. Quem pode fazer extensão? As nossas universidades, professor.

Eu tenho contato com a coordenação dos fóruns dos extensionistas, como também os Institutos Federais. Eu tenho acompanhado os avanços dos institutos federais e hoje eles estão com 401 municípios. Estes institutos podem irradiar conhecimentos em volta deles se nós implantarmos programas que é hoje um programa nacional (que vai ser implantado pelo Ministro Mercadante), dos Centros Vocacionais Tecnológicos. É por aí que podemos chegar a este povão, com aquela escola essencialmente prática, voltada para todos que não têm tempo de ir para a escola.

Então, fica aqui esta provocação, no bom sentido, que vocês educadores (que pensam na educação), pensem em uma escola para esta população. Lá, nós estaremos abertos para receber estas pessoas.

No dia 27 ou dia 30, eu tenho falado com o representante da Undime, e o Bodião, que está lá conosco, a gente está sentando com todos os secretários municipais para discutir este programa do PNE.

Mas, queria que vocês trabalhassem esta idéia: qual é a escola que queremos para estes milhões de brasileiros. Muito obrigado. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Deputado Ariosto Holanda, membro da Comissão Especial do PNE.

Vamos ouvir aqui, pela educação do campo, Erbênia Maia, da Fetraece.

SRA. ERBÊNIA MAIA (FETRAECE): Boa-tarde a todos e todas. Gostaria de saudar a Mesa aqui em nome da Deputada Rachel Marques – e eu espero aqui não ouvir aquela campainha. (Risos).

Nós, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará, fazemos parte do Fórum de discussão do PNE e fazemos parte do “Movimento

PNE Pra Valer” do Ceará. Nós estamos presentes nessa discussão desde as conferências, que estamos acompanhando.

Por isto, nós defendemos os 10% do PIB para educação e a diferenciação por conta das especificidades do campo, para os alunos que estudam nas escolas do campo.

A Fetraece, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará defende o que está contemplado no documento base da CONAE, fruto de discussão de várias conferências.

Uma dessas deliberações, é a construção das escolas no campo – que isto a gente não conseguiu visualizar no PNE. Mas, nós queremos não só a construção, nós queremos a construção das escolas, mas que dialoguem com a legislação vigente, com a diretriz operacional da educação básica das escolas do campo, bem como o Decreto nº7.352/2010 que dispõe sobre a educação do campo e o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

Esta necessidade da construção das escolas do campo, assim como de creche também, é uma necessidade histórica aqui para o nosso País. Nós do Ceará não podemos mais permitir e nem mais deixar que as nossas crianças, que os nossos jovens sejam transportados para longe de suas casas, longe de suas famílias para ouvir que ele precisa estudar para ser gente, estudar para sair do cabo da enxada, estudar para ir a cidade. É também necessário que a escola ela oportunize aos jovens do campo o acesso à universidade. Então, é um conjunto de fatores.

É importante a gente lembrar que o campo está cheio de vida, no campo existem homens e mulheres, crianças; crianças e homens e mulheres que têm seus credos, suas cores e seus sonhos. A escola precisa conhecer e respeitar cada um dos sujeitos que vivem no campo, vivem e trabalham no campo, sejam eles agricultores, pescadores, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados, sejam quais forem.

A educação e a escola precisam dialogar com o desenvolvimento rural sustentado e solidário, que é o defendido pelo movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Em outro momento, em outra oportunidade...

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Vamos conceder mais 30 segundos para você encerrar.

SRA. ERBÊNIA MAIA (FETRAECE): Embora, as emendas tenham sido entregues, nós gostaríamos de entregar um documento para fortalecer mais, justificar um pouco mais o nosso pensamento.

Quero dizer mais uma coisa: nós não queremos sair do campo para ir para escola, nós temos o direito à educação, à escola, mas desejamos sim, a escola lá no campo. Obrigada. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Erbênia Maia.

Vamos ouvir agora o deputado federal Raimundo Gomes de Matos, membro do PNE e em seguida o vereador João Alfredo.

SR. DEPUTADO FEDERAL RAIMUNDO GOMES DE MATOS: O nosso boa-tarde a todos os telespectadores da TV Assembléia. Saudar a nossa Presidente, Deputada Rachel Marques que tem uma vida aqui neste Parlamento, uma vida como Parlamentar no Estado do Ceará em defesa da Educação, em defesa das políticas sociais do nosso Estado.

Eu acredito que este momento (para os nobres deputados dos outros Estados, para a bancada aqui presente e todos vocês), é um momento de suma importância para a construção daquela política pública que poderá realmente transformar o Brasil.

Dentre as políticas públicas, a educação tem realmente o poder de transformar o Brasil e colocá-lo cada vez mais nesse contexto internacional de espaço, para que possamos, de uma vez por todas, diminuir as desigualdades regionais e fazer com que o Brasil tenha uma educação de qualidade.

Se rapidamente fizer uma retrospectiva, eu creio que qualidade e financiamento foram mais foi abordados. O que nós precisamos fazer é que a qualidade passa pelo compromisso dos gestores municipais, passa pelo compromisso dos gestores estaduais.

No momento em que o Fórum Estadual da Undime fez sua pauta e já entregou ao nosso relator, eu acredito que a partir dessa coordenação do nosso Professor Francisco Elísio, irá ter esta visão de nós, lá na hora de votarmos esta proposta em nível nacional, nós possamos ter esta visão. Por quê? Porque o PNE 2001 e 2010 teve várias metas, mas não se concretizou! Em virtude do número de metas que tinha, em virtude da falta do cumprimento do pacto federativo; e este pacto federativo passa essencialmente pela visão que nós precisamos ter, do fortalecimento do municipalismo. Porque é lá que está aluno, lá é onde está a deficiência da estrutura física, lá é que nós precisamos chegar com o transporte escolar, fazer com que tenhamos dentro dessas políticas, esta melhoria de ganho social.

Outro aspecto: Orçamento. O Brasil tem 50 bilhões para fazer o trem bala, mas não tem para fazer uma educação de qualidade. O Congresso aprova, o Presidente aprova pagar mais 250 milhões de dólares para Itaipu, que nem no contrato tinha! O contrato da nossa Itaipu até 2023 não tinha este aumento. E não tem para a educação. Isto depende de prioridade. Nós seremos, o nosso Partido será o relator do Orçamento da área de educação, o PSDB, ou caberá a minha pessoa, como membro da Comissão, ser o relator da área de educação de ciência e tecnologia na Comissão de Orçamento ou caberá ao Senado.

O fato é que nós iremos fazer todo o possível para que, de uma vez por todas, no Orçamento da União de 2012 nós possamos ter todo este ganho destas consultas que estão sendo realizadas no nosso país. A partir do Estado do Ceará, as entidades aqui que se pronunciaram, os fóruns que se pronunciarem e a todos os segmentos que aqui se pronunciarem, com certeza teremos este ganho suprapartidariamente e, de uma vez por todas, nós teremos uma educação de qualidade no nosso País.

Parabéns, Deputada Rachel Marques, aos demais membros e a todos vocês. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, membro da Comissão do PNE.

Agora, vamos ouvir o Vereador João Alfredo, do Município de Fortaleza.

SR. VEREADOR JOÃO ALFREDO: Presidente, Deputada Rachel, em nome de quem saúdo a todos os demais, inclusive os deputados federais que aqui estão; Companheiro Bodião, que representa aqui o fórum que está debatendo o PNE aqui no Ceará; companheiros e companheiras.

Eu queria, nesses breves três minutos, colocar a questão da avaliação do primeiro PNE.

Todos estamos falando aqui, e somos absolutamente solidários, com a bandeira dos 10% para educação. No entanto, o PNE aprovou 7%, o Presidente Lula vetou, foram oito anos do Governo Lula, já estamos no primeiro ano do Governo Dilma e ninguém se dispõe a derrubar o veto do Presidente da República. E se fala em 10%.

Avalia-se que 1/3 daquilo que era programa, daquilo que era plataforma do PNE, não foi cumprido. Nós estamos vivendo a situação do Piso Salarial no Estado e em Fortaleza. Lei aprovada pelo Governo, julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal e não aplicada até agora.

O Governo do Estado aqui, que tem uma maioria acachapante aqui nesta Assembleia Legislativa, destinando 250 milhões de reais para fazer um aquário em Fortaleza, nesse processo de *miamização*. Mas as universidades estaduais estão sucateadas e está a APEOC penando para conseguir uma pauta de reivindicação.

A prefeita não recebe os professores de Fortaleza! São cinco greves (O Bruno, que milita nessa área de educação) em sete anos! Está aí o Sindiute na briga.

Hoje, inclusive, nós temos uma audiência e aí eu queria... Eu vou concluir. Eu queria convidar a todos; às duas e meia, lá na Câmara Municipal, para ver se a gente ajuda a sair do impasse.

Prefeitos do interior dizem que não podem pagar o piso, mas fazem festas milionárias: de São João, de reveillon e de carnaval. Não se tem 7% para educação, mas tem 40% para pagar os juros da dívida pública.

Claro que esse debate é importante? É. Essa discussão que está sendo coordenada aqui pelo Professor Bodião É. É importante que a comissão venha aqui, mas é preciso que isso saia realmente para prática. Que o primeiro dever de casa (me permitam, eu já fui deputado federal, não sou mais) dos deputados federais era derrubar o veto do Lula, era restabelecer os 7% na educação para lei, para gente poder passar para os 10%. Aí se tem credibilidade: cumprindo a Lei do Piso; cumprindo as metas do PNE, que foram traçadas, para gente pensar no PNE 2. (Aplausos).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Vereador João Alfredo.

Eu só queria esclarecer que o veto dos 7% do Produto Interno Bruto, não foi do Lula, foi do Fernando Henrique Cardoso.

Agora nós vamos ouvir aqui a última fala temática, que é sobre a educação ambiental: João Batista Figueiredo, da Faculdade de Educação.

SR. JOÃO BATISTA FIGUEIREDO (FACULDADE DE EDUCAÇÃO): Bom-dia a todos e todas.

Queremos saudar a Mesa e, sabendo que a grande maioria de nós aqui já está cansado e certamente com fome, mas eu considero que é fundamental a gente começar a pensar na questão da educação ambiental em relação a esse plano. Nesse sentido, a gente... (Manifestações das Galerias).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Vamos ouvir o Professor João Batista. Em seguida, nós vamos ouvir o Chagas. Ok?

SR. JOÃO BATISTA FIGUEIREDO (FACULDADE DE EDUCAÇÃO): Bom, continuando, eu penso que a grande maioria de nós é consciente da necessidade de discutir as questões ambientais, e a Escola é esse locus privilegiado por esta discussão.

Nós temos uma lei de 1999, que até hoje, não teve as condições necessárias para ser implementada.

Então, a nossa fala, em razão do próprio tempo que a gente tem disponível, ela vai se restringir a destacar quatro pontos importantes para gente pensar sobre isso, em relação aos processos de ambientalização das escolas.

O primeiro ponto que a gente destaca: é a necessidade de que a escola seja pensada como espaços de educadores sustentáveis. A gente não tem nas escolas essa perspectiva. A gente discute o problema ambiental, a questão climática e etc. e a própria escola não está se debruçando sobre essa possibilidade. Evidentemente, quando a gente está falando em escola, não é a própria escola adquirindo essas condições, mas o plano nacional potencializar que essas condições se dêem.

O segundo ponto, inclusive nesse sentido, é a exceção curricular efetiva da educação ambiental. Para isso é necessário formação e financiamento.

Eu não vou repetir a questão do financiamento, mas quero enfatizar que a formação docente precisa necessariamente contemplar a dimensão ambiental. Nós, professores e professoras precisamos ter um mínimo de condições de discutir essas questões em sala de aula. Nós, professores e professoras temos que ter no mínimo condições de estar refletindo sobre essas questões de contexto da sociedade.

Então, que a gente possa pensar sobre isso. Muito obrigado! (Aplausos).

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Professor João Batista.

Bem, eu queria compartilhar com vocês, aqui uma decisão, certo?

Eu estou ouvindo a Plenária pedir insistentemente a fala do Professor Chagas.

Nós teríamos aqui mais quinze inscritos, mas nós contemplamos todos aqueles que escreveram as falas temáticas, todos foram ouvidos. Aqui são pessoas que desejariam também falar, que estão na Plenária (posso até listar os nome), mas

aqueles que se inscreveram dentro das falas temáticas, que foram organizados pelo fórum de discussão do PNE, foram todos contemplados.

Então, devido adiantado da hora, nós já estamos às 13 horas, os nossos convidados têm o voo às 15 horas e precisam estar presentes. Então, eu queria a compreensão daqueles outros que se inscreveram, que nós gostaríamos de ouvir também.

Nós temos aqui inscritos: Carmem Silva, da CUT; Graça, da Confetam; A Menta, do Sindiute; Augusto Tavares; Jonas, professor; Fernando Saraiva, Vera Marques, professora; Maria José Esmeralda, da universidade; Débora Vasconcelos, Cedeca; Zezé Moraes, do Sindiute.

Então, eu só citei para que as pessoas saibam que todas as inscrições foram recebidas. São quinze inscritos. E nós vamos aqui também disponibilizar o e-mail do relator Ângelo Vanhoni: angelovanhoni@gmail.com. Aqueles que gostariam de fazer uso da palavra, que possam também mandar por e-mail ao nosso relator as condições para também participar desse momento.

Nós vamos agora ouvir o Professor Chagas, representante do MEC, para as suas considerações. Professor Chagas.

SR. PROFESSOR FRANCISCO CHAGAS FERNANDES (SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO): Boa-tarde, a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar a nossa Deputada Rachel, o Deputado Artur Bruno e todos os componentes da Mesa; companheiro Deputado Vanhoni, relator do PNE na Comissão Especial da Câmara.

Cumprimentar a todos os sindicatos, sindicalistas, profissionais de educação aqui e pelo Estado do Ceará, Estados vizinhos, através da TV Assembleia.

Eu diria que nós estamos num processo muito significativo da construção do PNE. Há dois anos, nós iniciamos o processo das conferências municipais, das conferências estaduais, da conferência nacional. Depois, nós tivemos um período onde o Governo conseguiu fazer uma proposta e encaminhar ao Congresso Nacional. E agora nós estamos na fase de onde os Parlamentares estão discutindo a proposta enviada e ouvindo a sociedade.

Eu acho que é um processo democrático muito significativo e muito diferente do PNE passado. Quem participou aqui da discussão do PNE passado, sabe que nós chegamos ao Congresso com duas propostas. E por que chegamos com duas propostas? Por que não conseguimos unir no mesmo espaço, na mesma discussão, a sociedade civil e a institucionalidade. Todos sabem disso. E foi preciso muita luta da sociedade civil para no Congresso conseguir fazer acordo e aprovar o PNE, que terminou no dia 31 de Dezembro de 2010.

Claro que o PNE que passou, nós temos a avaliação. Aliás, aqueles que queiram ver a avaliação, nós colocamos na página do MEC até 2008 (porque 2009 e 2010 nós não temos os dados ainda, mas nós já temos a avaliação até 2008), ele significou também uma importância para a educação brasileira. Por quê? Porque nós não estamos partindo do nada, nós estamos partindo de alguma coisa. Eu acho

que a avaliação do PNE passado faz com que nós tenhamos condições de construir conjuntamente, hoje, um PNE diferente.

Em vez de 295 metas (muitas delas não são metas, por que não tem como medir), nós estamos criando metas concretas que esboçam aquilo que é a necessidade da educação brasileira, da creche à pós-graduação.

Por isso que eu digo que o PNE está sendo construído num novo momento. O momento de ação sistêmica da creche à pós-graduação, num momento de mobilização social.

É importante demais fazer uma Audiência Pública como esta aqui! E vão ser muitas, não vai ser apenas esta. Vão ter audiências nos Estados, em vários lugares, nos municípios. Isso é significativo.

Em minha opinião, nós temos alguns desafios para o PNE e para educação brasileira: o primeiro, quase todos falaram aqui de como a União, os Estados e os Municípios constroem a educação brasileira. É a regulamentação do Sistema Nacional de Educação, com cooperação e colaboração.

Bom, para mim esse é um desafio importantíssimo. Nós avançamos? Avançamos. Sabe por quê? A Emenda 59 garantiu que o PNE é a sustentação do Sistema Nacional de Educação. Esta na lei também do Projeto de Lei do PNE que foi encaminhado. Isso é significativo, mas é um desafio: Construir a educação com o regime de cooperação e colaboração entre a União, os Estados e os Municípios.

E que esse PNE seja do Estado Brasileiro, e ele sendo do Estado Brasileiro, ele perpassa os governos, portanto, ele tem que ter metas e estratégias para o Estado Brasileiro, para a União, para os Estados e para os Municípios. Isso é um desafio significativo.

O segundo desafio que eu coloco é o financiamento. O financiamento é um desafio, sem sombra de dúvida, grande. E por que eu estou colocando isso? Por que o nosso Governo avançou, chegou a 5,2% do PIB. Pela primeira vez nós chegamos a 5,2% do PIB no Brasil e isso não é fruto apenas da União. É da União, dos Estados e Municípios, mas a União tem um papel importante. Sabe por quê? Por que propôs acabar com a DRU (Desvinculação dos Recursos da União) e a DRU veio lá de trás, veio daqueles que propuseram o veto no PNE passado, de 7% do PIB. E a DRU, hoje não existe. São 9 bilhões a mais na educação brasileira, nos 18% da União.

Então, o desafio do PNE é importantíssimo em relação ao financiamento. Eu acho que nós tínhamos que avançar, em relação a 7, 8, 9 ou 10% do PIB, mas temos que fazer uma discussão de quais são as fontes.

Quais as fontes para chegar a 9, a 10% do PIB? 50% do Pré-Sal. Tem que fazer a discussão dos 50% do Pré-Sal, inclusive com os outros setores do fundo social: cultura, meio ambiente, saúde e etc. Para mim tem que discutir as fontes e isso é significativo. Por quê? Porque você avança nos recursos que você precisa para aumentar o piso, inclusive, garantindo na sua estratégia (não na meta, mas na sua estratégia), o custo aluno/qualidade. A partir de planilhas dos gastos e dos investimentos em educação.

O terceiro desafio que eu coloco é da valorização dos profissionais de educação. E quando eu digo profissionais, são os professores do magistério e os funcionários de escola, porque nós também avançamos no conceito de profissionais da educação e incluímos aqueles que não são professores.

Por que é um desafio? O desafio não é apenas do piso. Claro, o desafio é do salário, da carreira e da formação inicial e continuada e das condições de trabalho. Esse é um desafio significativo, importante. Por quê? Porque está em discussão um novo conceito de salário para os profissionais de educação, que começa com o piso.

Eu costumo dizer que o piso, além de ser um conceito, é um instrumento de gestão muito importante na educação brasileira. O piso é um conceito importantíssimo no salário dos profissionais de educação, mas o piso tem que ter uma meta no Plano Nacional de Educação. Por isso, nós temos uma meta, para que em 2020, nós não tenhamos o mesmo piso que temos hoje; nós temos que ter outro piso. É por isso que a meta que está colocada é uma meta que leva em consideração os profissionais das outras áreas.

Nós precisamos fazer com que os professores ganhem o piso médio que os outros têm, com a mesma formação. Que o engenheiro tem, que o médico tem e etc. Pra isso, nós precisamos ter uma meta forte, com estratégia considerável em relação ao piso.

O piso que nós defendemos é o piso que está na lei. Foi esse o piso que o Ministério da Educação foi defender no STF, através da Advocacia Geral da União. Quem defendeu o piso foi o Governo. O Governo defendeu o piso aprovado no Congresso Nacional, através da Advocacia Geral da União.

Nós temos outro desafio importante: a gestão democrática. Nós temos que avançar na gestão democrática, desde a criação do Fórum Nacional de Educação até a eleição de diretor. Eu não digo aqui que a gestão democrática se resume apenas a eleição do diretor, a gestão democrática é um conjunto: Conselhos Municipais de Educação, Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos Escolares; Eleição de Diretor, Fórum Estadual, Fórum Municipal e Fórum Nacional da Educação, ou seja, um conjunto que faz a gestão democrática. E isso é um desafio significativo, tanto no Plano Nacional de Educação como no futuro da educação brasileira.

E por último, o desafio das diversidades. Eu estava conversando com o Deputado Vanhoni: a Conferência Nacional da Educação, quando foi discutir as Plenárias, os temas, colocou quatro horas para cada temário da conferência, não é Professor Bodião? Todos cumpriram às quatro horas. À diversidade, nós demos oito horas e depois ainda demos mais quatro: doze horas. Por quê? Porque as diversidades são importantes, e vocês estavam lá na conferência e sabem.

A diversidade, hoje, é um tema importantíssimo, tanto na incorporação do PNE, como também para a educação brasileira.

Eu colocaria para vocês esses desafios como centrais na discussão do Plano Nacional de Educação e no futuro da educação brasileira.

O que o Ministério da Educação do Governo Brasileiro espera do Congresso Nacional é que possa aperfeiçoar, melhorar as metas e as estratégias que estão no Plano e nós temos um plano bom para o Brasil. Muito obrigado a todos e a todas.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA RACHEL MARQUES (PT): Obrigada Professor Chagas.

Eu quero neste momento só fazer os nossos agradecimentos.

Nosso agradecimento todo especial a esta Plenária motivada, alegre, dinâmica. Tivemos uma Plenária lotada quase o tempo inteiro aqui, durante este Seminário.

Queremos agradecer de maneira muito especial aos nossos convidados: do MEC, Professor Chagas; o Deputado Federal Gastão Vieira, Presidente da Comissão Especial, foi o primeira encontro, a primeira Audiência Pública da Comissão Especial fora de Brasília; Deputado Federal Ângelo Vanhoni, que vai levando a documentação vasta de sugestões, de emendas e que nós vamos também consolidar um relatório aqui desse nosso Seminário e enviar ao relator Ângelo Vanhoni; e aos requerentes Deputados Federais Artur Bruno, Chico Lopes, os membros da Comissão do PNE, Deputado Federal José Linhares, Raimundo Gomes de Matos, Ariosto Holanda.

Quero fazer um agradecimento todo especial ao Fórum de Discussões do PNE, aqui na pessoa do Professor Bodião. É um trabalho excelente que tem sido feito, de mobilização, por esse Grupo da Sociedade Civil que tem participado ativamente. Fizemos inclusive aqui na Casa um grande momento de um lançamento do PNE pra Valer, nessa parceria importante com o Fórum de discussão do PNE com a Universidade Federal.

Agradecer ao representante da Undime, da SEDUC.

Dizer que nós vamos realizar mais sete encontros como este, nas sete macrorregiões do Estado do Ceará. O próximo será daqui a quinze dias no Município de Sobral. E estaremos em todos esses encontros com a participação mais ampla possível da sociedade, democratizando esse debate tão importante, que está na pauta do País, que é do Plano Nacional de Educação.

Nós colocamos a Comissão de Educação (como Presidente dela), aqui na Assembléia Legislativa à disposição para receber as sugestões em relação a todo esse processo de mobilização do PNE, que o Ceará vai participar ativamente.

Muito obrigada a todos e todas, àqueles que nos acompanharam pela TV Assembléia.

Está encerrado este Seminário, muito obrigado.